

Caminhos

PAULO PAIM

ANO I nº 1 – Novembro/2004

Contraponto

Reforma Sindical

Governo Lula

Os 18 meses de governo
na visão de
Aloizio Mercadante

Previdência

PEC Paralela em destaque

Cidadania

Propostas para acabar com as
desigualdades e preconceitos



Caros amigos,

Esta publicação é um encontro muito especial, pois é o reflexo de grande parte do trabalho desenvolvido ao longo de nossa caminhada. Acreditamos que nossa existência está diretamente ligada aos anseios mais profundos do povo brasileiro. A busca incessante pelo melhor caminho nos faz sempre lembrar o belo pensamento de Carlos Castañeda¹:

“Cada caminho é apenas um caminho entre milhões de caminhos. Portanto, você deve ter sempre em mente que um caminho não passa de um caminho. Se você achar que não deve segui-lo, não precisa fazê-lo de modo algum. Um caminho é apenas um caminho, não é uma afronta para você ou outros se o largar, se for isso que o seu coração o aconselha. E a sua decisão de continuar no caminho ou abandoná-lo deve ser livre de medo e de ambição. Examine cada caminho com atenção e propósito, experimente-o tantas vezes quanto julgar necessário. Depois, faça uma pergunta a você e só a você. Esse caminho tem coração? Há caminhos que passam pelo mato, ou vão por dentro do mato ou sob o mato. A única pergunta é se esse caminho tem coração... Se tiver, o caminho é bom, se não, não tem utilidade.”

Construir cidadania não é uma tarefa fácil, porém o coração tem sido nosso aliado na luta pelos direitos desse povo tão amado, na luta para que tenham a consciência de seus direitos.

Nossa atuação como parlamentar nos impõe, cada vez mais, o peso da responsabilidade das palavras, das ações. Qualquer movimento incerto pode multiplicar o número de interpretações, por este motivo justificamos a importância de seguirmos o caminho do coração, pois somente ele é capaz de mostrar aquele que nos leva ao encontro do que há de mais profundo: a solidariedade, o desprendimento dos preconceitos, a doação incondicional, a firmeza dos propósitos, o respeito e a sensibilidade para perceber que somos apenas humanos e, apesar disso, podemos e devemos fazer a nossa parte.

Esta revista é uma homenagem a todas as pessoas que nos acolheram tão bem em suas vidas, como se fôssemos entes da sua própria família. É o reconhecimento de que a luta continua valendo a pena, é a gratidão por tantos sonhos alcançados e pela oportunidade de construir a cidadania junto com o nosso povo, com a nossa gente.

É ótimo poder ver o encontro de raças e cores. Poder ver o olhar carinhoso do idoso, a incansável persistência do trabalhador, a cabeça erguida do negro e a garra da pessoa com deficiência. Atos que nos fazem, com força e perseverança, continuar trilhando este caminho, que é apenas um, entre milhões de outros. E tenham a certeza: ouvir a voz do coração, é o melhor dos “Caminhos”!

















Um abraço,


Paulo Paim
Senador



Foto: Mateus Leal

Sumário

 Entrevista	04	 Rio Grande do Sul	21
Trajetória de Coerência no Congresso		O nosso Rio Grande	
 Estatutos	07	 Governo	23
Cidadania para Todos		18 meses de governo	
 Cidadania	08	 Negros	25
Projeto Renascer da Esperança		Negros em movimento na busca da igualdade racial	
 Idosos	09	Mídia: agente de mudanças culturais	27
Brasil envelhece		 Artigo	28
O convívio das gerações	11	Torcendo por um novo Brasil	
 Salário Mínimo	12	 Previdência	30
Mínimo: e distribuição de renda		Compromisso com o social	
 Contraponto	14	Entrevista: Antônio Queiroz	32
Reforma Sindical		 Alimentação	33
 PPDs	16	Aspectos estratégicos da alimentação do trabalhador	
Superando Limites		 Trabalho	35
Entrevista: Lars Grael	18	Emprego & Renda: um direito de todos	
 Artigo	19	 Crônica	37
A superação da pobreza e as Políticas Públicas para as mulheres		O Negrinho, o Debate e o Ministro	

Expediente

Texto Final: Kalinka Iaquinto

Reportagem: Fayga Soares; Kalinka Iaquinto

Projeto Gráfico e Diagramação: Mateus Leal

Colaboradores: Aloizio Mercadante - senador PT/SP; Danilo de Miranda - diretor regional do SESC/SP; Guacira Oliveira - membro do Conselho Deliberativo do Cfemea; Marco Alvarenga - advogado e presidente da Comissão do Negro e de Assuntos Antidiscriminatórios da OAB; Moacyr Auersvald - presidente da Contrauh; Natalia Cruz - assessora parlamentar do Cfemea; Roberto de Oliveira - Secretário de Formação do Sindicato dos Vigilantes; Romulo F. Federici - advogado e Consultor em Legislação Administrativa e Social; Tabajara Ruas - cineasta e escritor; Zezé Motta - atriz e cantora; e equipe do gabinete do senador Paulo Paim.

Impressão: Gráfica Positiva

Tiragem: 10.000

Capa: Lorena Ribeiro sobre foto de Gustavo Bezerra

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo I, 22ª andar -
Brasília-DF- Cep: 70165-900 - Tel.: (61) 311-5232 - Fax.: (61) 311-5232
www.senado.gov.br/paulopaim - paulopaim@senador.gov.br

A CAMINHOS não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. A revista CAMINHOS é uma publicação do gabinete do senador Paulo Paim (PT/RS), de circulação personalizada, via mala-direta, e de distribuição gratuita.

Trajетória de Coerência no Congresso

Há 18 anos no Congresso Nacional, o ex-metalúrgico, Paulo Paim, foi deputado Constituinte, deputado federal - por quatro mandatos -, e hoje, como senador, é o 1º Vice-Presidente do Senado Federal. Nesta entrevista ele faz uma avaliação de como as duas Casas trabalham, sobre o papel do Legislativo e sobre o governo Lula. Com seu trabalho voltado para a área social, o senador defende medidas que agilizem o trabalho dos parlamentares. Confira a entrevista concedida a equipe da *Caminhos*.

Caminhos - Algumas pessoas dizem que os parlamentares não trabalham e que demoram muito para aprovar as leis. Como o senhor avalia esse posicionamento?

Paulo Paim - O que posso dizer, pelo tempo que estou aqui, é que o Congresso trabalha muito. Apesar de algumas ausências, a ampla maioria dos parlamentares está presente. O número de proposições aprovadas é de mais de uma por dia. Para aprovar uma determinada matéria é preciso muito estudo, muita coerência, muita responsabilidade, pois, se aprovada, vai interferir na vida de milhões de brasileiros. Não podemos achar que todos trabalham da mesma maneira, mas uma boa parcela de deputados e senadores trabalha, independente da questão ideológica - que é preciso que se respeite.



Foto: Gustavo Bezerra

Caminhos - Os presidentes da Câmara e do Senado já se pronunciaram a respeito do excesso de MPs editadas pelo governo. O senhor concorda que há excesso?

Paulo Paim - O excesso de MPs é uma realidade desde que a Constituição de 1988 foi elaborada. Sempre defendi a total independência dos Poderes e, ao mesmo tempo, um trabalho em sintonia. Com as edições excessivas, o Executivo acaba atropelando o Legislativo que é quem tem o papel de elaborar as leis. A MP

é instrumento do parlamentarismo e, no Brasil, o sistema é presidencialista.

Caminhos - Qual sua posição em relação à edição indiscriminada de MPs?

Paulo Paim - Diria que a maioria das medidas provisórias não tem razão de ser. Grande parte, inclusive, não cumpre o preceito constitucional que determina que tenham caráter de urgência e relevância. Tenho criticado os governos que passaram

e, até mesmo nesse momento, pois eu não concordo com o excesso de MPs. O problema de uma medida provisória é que, no dia em que ela é editada, ela vira lei.

Caminhos - O que valoriza o trabalho dos parlamentares?

Paulo Paim - Acredito que a iniciativa de legislar tem que ser do Legislativo, o Executivo deve executar. Quando o Executivo tiver boas idéias, como várias vezes demonstra ter, deve encaminhá-las ao Congresso em forma de projetos de lei para que os legisladores julguem as matérias. A MP só deveria ser usada em casos de extrema urgência e relevância.

Caminhos - Um outro fator problemático é que as MPs acabam contribuindo para o atraso na tramitação dos projetos existentes nas duas Casas.

Paulo Paim - As MPs não permitem que outras matérias sejam votadas o que acaba aumentando a burocracia interna no Parlamento. São um entrave para o bom andamento do Congresso. Elas deveriam ser votadas no período de, no máximo, 30 dias, por urgência e relevância. Caso contrário, deveriam ser arquivadas.

Caminhos - Atraso nas votações, excesso de MPs, isso é jogo político? Quem é beneficiado: oposição ou governo?

Paulo Paim - Diria que os interesses dos governos se traduzem nas MPs. A oposição muitas vezes se aproveita do fato delas trancarem a pauta. Deixam de votar as matérias para inviabilizar projetos de interesse do governo ou de outros partidos que não comungam com a posição da oposição. Diria ainda que as MPs acabam sendo usadas pela

situação e pela oposição, em geral, de forma inadequada, trazendo prejuízo para o povo brasileiro. O Congresso Nacional também é responsável, pois deveria rejeitar toda MP que não cumpre o preceito Constitucional.

Caminhos - O senhor falou sobre atraso na votação de matérias de interesse do governo. Isso levanta uma dúvida: existe um bom diálogo entre o Planalto e os parlamentares?

Paulo Paim - O maior problema é com a base de apoio. O governo deveria dialogar mais com os parlamentares que compõem sua base. Reconhecendo e fortalecendo suas iniciativas. Por quê? Porque os aliados, na verdade, não têm compromisso apenas com o governo, mas também com a sua vida política. Não tem lógica o governo simplesmente desconhecer essa história, e, muitas vezes, passar por cima daquilo que foi construído durante toda uma vida. Deveria haver mais respeito, mais solidariedade, principalmente nas áreas social, econômica e mesmo partidária. Não tenho percebido isso com os parlamentares, mas espero que, com o tempo, a gente vá aprimorando essa relação: valorizando o trabalho da base de apoio e dialogando melhor com os parlamentares, mesmo com os da oposição.

Caminhos - O governo teve duas derrotas no Senado: nas MPs dos bingos e do salário mínimo. Matérias extremamente importantes. Isso aconteceu devido a essa falta de diálogo?

Paulo Paim - De fato, nessas questões, o governo esteve desarticulado. É o que eu dizia: faltou um diálogo maior com a sua própria base. Faltou negociar alternativas. O Planalto não negociou uma alternativa nos bingos e nem no salário mínimo.

Já na Reforma da Previdência, por exemplo, houve negociação. Foi quando chegamos a um entendimento, à PEC Paralela. Para haver o entendimento, as partes têm que saber ceder. Nas reformas trabalhista e sindical, outro exemplo, será preciso muito diálogo. Os envolvidos precisarão entender que o projeto será a média do pensamento da sociedade.

Caminhos - O que se vê é que existem alguns impasses entre o Executivo e o Legislativo. Por que isso acontece?

Paulo Paim - A meu ver o principal problema é a fragilidade dos acordos firmados. Nessas quase duas décadas aqui no Parlamento aprendi que os acordos devem ser cumpridos porque são a essência da vida parlamentar. Infelizmente, o que vemos hoje é que, por diversas vezes, uma das partes quebra o acordo. Isso não pode acontecer. Desmoraliza-se a parte que rompe o acordo firmado.

Caminhos - Algumas decisões do governo vêm sendo vinculadas ao Partido dos Trabalhadores. Há quem diga que aí está o erro da atual administração. O senhor concorda com essa afirmativa?

Paulo Paim - Acredito que não foi o governo que se ligou ao Partido dos Trabalhadores. O PT é o principal partido da base do governo, mas não é o governo. O governo é formado por uma composição ampla: PL; PMDB; setores do PDT, do PSB, do PCdoB, do PP, do PTB, do PPS. Ao meu ver, em relação a algumas questões que são históricas bandeiras do PT, o partido deveria continuar mantendo a mesma posição. Ser um partido da base sem se negar a fazer um bom debate com o governo e com a sua composição que é ampla.

Caminhos - O partido vem tendo alguns problemas internos. O senhor mesmo já passou por momentos assim.

Paulo Paim - Essas discordâncias são normais, afinal todos querem o melhor para o país. Tenho certeza absoluta que isso é o que deseja o presidente Lula, o PT, enfim, toda composição do governo. Divergir é natural, mas, o que não pode acontecer é deixar de argumentar. Os parlamentares não podem deixar de discutir, de fazer, como costume dizer, um bom debate quando a causa for justa. A polarização positiva mantém vivo o ato de governar. O que precisa ser entendido é que, ser da base ou mesmo do PT não é dizer amém para tudo aquilo que venha do Executivo.

Caminhos - O senhor faz parte de um grupo de senadores que está sendo chamado de o "Grupo dos 12". Foi por buscar uma maior possibilidade de debate que o senhor e outros parlamentares se reuniram?

Paulo Paim - Esse "Grupo dos 12" hoje conta com 18 senadores. Ao contrário do que alguns dizem, o grupo não é contra o governo, nem contra ninguém. É um grupo a favor. Em nossas reuniões estamos discutindo diversos temas como, por exemplo, de que forma podemos colaborar positivamente? Como influenciar para que o governo Lula, efetivamente, dê certo? Para que as políticas públicas sejam voltadas, principalmente, para o social? E aí temos saúde, habitação, educação, renda, salário mínimo. É em cima desse leque que estamos atuando. Discutimos também a necessidade de se diminuir a taxa de juros e de fortalecer uma relação madura entre empregados e empregadores, sem prejuízo de conquistarmos uma legislação trabalhista moderna.

Caminhos - Como o senhor avalia a questão de existirem dois recessos por ano?

Paulo Paim - Sou contra os dois recessos parlamentares. A meu ver não deveria existir o recesso de julho. O Parlamento deveria trabalhar até 20 de dezembro e voltar a trabalhar em 1º de fevereiro. Caso houvesse necessidade de convocação nesse período, que não houvesse remuneração extraordinária.



Foto: Gustavo Bezerra

**"Aprendi que os acordos devem ser cumpridos (...)
Desmoraliza-se a parte que rompe o acordo firmado."**

Caminhos - Que projetos seus são prioritários?

Paulo Paim - Tenho entre os projetos da Câmara e do Senado quase 600 em debate. Desses eu destacaria o Estatuto do Idoso - que já é lei; o da Igualdade Racial que tem tudo para ser aprovado rapidamente; e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Tem também o que reduz a jornada

de trabalho; o do salário mínimo; o que atualiza os benefícios dos aposentados e pensionistas; o que garante universidade para os pobres via critérios como o imposto de renda. Há ainda os que tratam do fortalecimento da reforma agrária e do homem no campo, outros que tratam de saúde, educação, habitação, segurança, discussões nos campos da informática, do meio ambiente. Políticas voltadas para os discriminados: as mulheres, os negros. Enfim, são tantos projetos que eu teria de citar os mais diversos temas da conjuntura e dizer que todos são importantes.

Caminhos - O senhor é vice-presidente do Senado. Como vê essa experiência?

Paulo Paim - Já fui 3º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados e aqui no Senado estou na função de 1º Vice-Presidente. É uma experiência gratificante. Uma vez por mês todos os membros, titulares e suplentes, reúnem-se para deliberar sobre uma série de questões de grande importância para o nosso país, para todo nosso povo. Por essa razão sou a favor do rodízio por opção político-partidária. Isso não quer dizer que eu seja contra o instituto da reeleição.

Caminhos - E para o ano que vem, quais são seus planos?

Paulo Paim - No próximo ano eu vou para o trabalho nas Comissões e no Plenário. Como vice-presidente do Senado participei das principais decisões nacionais e internacionais. Fazer parte da Mesa é importante, mas considero imprescindível a participação nas Comissões e no Plenário do Senado, onde pretendo atuar normalmente a partir do próximo ano. Devo trabalhar na Comissão de Assuntos Sociais, onde está vinculado meu mandato. **C**

Cidadania para Todos

Negros, idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores. Cidadãos que compõem as camadas de excluídos da sociedade brasileira e que, ao lado da busca por salário mínimo digno, são foco da luta do senador Paulo Paim no campo social. “A luta pela inclusão, pelo fim dos preconceitos e por um país mais igualitário é de todos”, diz Paim.

Desde o princípio de sua vida política, ainda no Rio Grande do Sul, o parlamentar atua com o objetivo de estender a estes cidadãos os preceitos do artigo 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Para que isso seja alcançado, mudanças culturais, na forma de agir e de pensar dos brasileiros, deverão ocorrer.

Paim acredita que essas transformações, ainda que pequenas, já iniciaram. Prova disso foi a sanção, em outubro do ano passado, da lei nº 10.741, o Estatuto do Idoso. Uma lei construída com o auxílio dos idosos que, de maneira organizada ou individualmente, nas duas últimas décadas manifestaram-se junto ao Congresso Nacional. “O Estatuto do Idoso é uma revolução no tratamento e no convívio com nossa velhice”, diz o parlamentar.


Na mesma linha, o senador possui dois outros projetos de estatuto em tramitação no Congresso: o da Igualdade Racial e o da Pessoa Portadora de Deficiência. Leis elaboradas para grupos específicos, pois, na visão de Paim, esses são grupos expostos a riscos aos quais

“A luta pela inclusão, pelo fim dos preconceitos e por um país mais igualitário é de todos”

outros não estão sujeitos. “Sempre que há uma desigualdade manifesta, o Estado deve proteger os que estão desamparados”, ressalta.

O estatuto da Igualdade Racial assegura cidadania igualitária a todos os brasileiros. Por garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira, a matéria representa um forte instrumento de combate a todas as formas de preconceito racial. A amplitude da proposta, de acordo com Paim, transforma o estatuto “na verdadeira carta de alforria da população negra”.

Valorizar as pessoas e romper com os preconceitos não está relacionado apenas com a raça. Esses são também os principais pontos a serem alcançados pelo Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. “Aqueles que possuem algum tipo de deficiência não podem ser objeto de pena. Eles não precisam disso, mas sim de oportunidades e de trato decente”, destaca o senador.

Nossa nação sempre discriminou seus cidadãos sejam eles índios, crianças, desempregados, idosos, negros, pobres ou pessoas com deficiência. Mudar essa realidade é uma tarefa difícil, mas não impossível. Paim, cita a Declaração Universal dos Direitos Humanos: “o primeiro passo para a mudança é entendermos, termos consciência de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. É isso que cada um de nós, brasileiros, precisa compreender”. 

Projeto Renascer da Esperança um exemplo

Um centro infantil que abrigasse, sem custo, crianças e adolescentes de sete a 14 anos. Que oferecesse atividades esportivas, culturais e profissionalizantes a essas pessoas. Que pudesse dar auxílio social às famílias da comunidade. Esse foi o sonho que a gari, Rozeli da Silva, teve no início da década de 90 e que hoje vê realizado. Há seis anos ela dirige o Projeto Renascer da Esperança, no bairro Restinga, em Porto Alegre.

Em uma área de 22m², 220 crianças e adolescentes recebem três refeições diárias e participam de oficinas de rap, aulas de teatro, de música e de inglês e rodas de capoeira. Isso em horários alternados: os que estudam de manhã no período da tarde e vice-versa. O projeto conta ainda com um trabalho social voltado às famílias das crianças; atendimento a pessoas soro-positivo; e distribuição de cestas básicas. “O Renascer é um guarda-chuva pra quase toda comunidade. Aqui a gente não trabalha só a criança, a gente também trabalha a família e a comunidade”, define Rozeli.

Ela ressalta também o trabalho que será desenvolvido pelo “Clube de Mães Renascer da Esperança”. Como o projeto recebeu uma doação de máquinas, familiares de crianças atendidas passarão a confeccionar fraldas descartáveis (infantis e geriátricas), absorventes femininos e sacolas. O objetivo é gerar renda para cerca de 40 famílias atendidas. O trabalho tem ainda o auxílio de voluntários, recebe doações e tem parcerias com diversos órgãos municipais.


Rozeli pretende ainda este ano pôr em prática o projeto “Ampliando Horizontes” que oferecerá ensino profissionalizante a 600 jovens de sete a 17 anos. Idéia que já tem o aval do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e também da prefeitura de Porto Alegre que doou uma área de 250 m² para realização do projeto.



Foto: Mauro Vieira / Zéiro Hbra

“Renascer da Esperança” resgata a cidadania de crianças e adolescentes na capital gaúcha

Vida - A história de Rozeli é triste e confunde-se com a de centenas de brasileiros. Pertencente a uma família simples e numerosa passou muitos anos de sua infância nas ruas de Porto Alegre. Aos 11 anos casou-se para sair das ruas. Não conseguiu fugir da violência. Foi mãe muito cedo: aos 13 teve seu primeiro filho e aos 16 o segundo. Com 14 anos foi trabalhar em uma casa como doméstica onde ficou por 11 anos. Por indicação da patroa, que estava cansada de vê-la ser maltratada pelo marido, candidatou-se a uma vaga de gari em 1987.

Foi quando varria as ruas de Porto Alegre, ao ver meninas com gravidez precoce, embaixo de pontes e usando drogas, que a idéia surgiu. “Comecei a chorar e pensei: deveria ter um lugar aonde as crianças não pagassem nada, aonde alguém desse o que comer e um lugar para ficar. Aonde não fossem explorados, nem pela mãe e nem pelo mundo”. 



brasil brasil

envelhece

Foto: Mateus Leal

A grande maioria das pessoas procura ignorar o processo de envelhecimento, como se fosse por demais penoso viajar pelas mudanças que acompanham esse percurso. É fato: o tempo passa e todos perdemos o viço. Mas, enquanto o tempo passa e vamos envelhecendo, há vida, continuamos vivendo. Também é verdade que a população do país envelhece a cada dia. Prova disso são os dados divulgados, em agosto, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa especial sobre Projeção da População do Brasil de 1980 a 2050 mostra que daqui há 46 anos a média de vida da população brasileira vai atingir 81,3 anos. Nível semelhante ao alcançado, hoje, pelo Japão. País que, segundo a Organização das Nações

Unidas (ONU), possui a maior expectativa de vida (81,6 anos). Em 1940 a vida média do brasileiro era de 45,5 anos. Em 2000 a média chegou a 70,4 anos. Isso em conseqüência, segundo o IBGE, dos avanços da medicina e da melhoria nas condições gerais de vida da população. Ainda conforme o Instituto, em 2050 a população acima de 80 anos poderá atingir 13,7 milhões de pessoas. Em 2000 foram registradas 1,8 milhão.

Nas próximas décadas a população acima de 65 anos deverá apresentar um crescimento sempre acima da média. A idade mediana do brasileiro passará de 25,3 anos em 2000, para 40 anos em 2050. Isso significa que, nesta data, metade da população terá menos de 40 anos e a outra metade, mais. A pesquisa aponta para um crescimento maior na faixa da população acima de

80 anos. Se em 2000 eles representavam 1,6% da população, em 2050 devem chegar a 13,8% de todos os brasileiros.

Os dados mostram a importância de o país elaborar políticas previdenciárias adequadas e ampliar o acesso e o atendimento na área da saúde para essa faixa etária. Além disso, os cidadãos devem estar preparados para buscar a inclusão da população idosa do país. Os jovens, principalmente, devem estar cientes de seu próprio envelhecimento.

O ex-administrador de empresas e professor de frevo, Jorge Marino de Carvalho, 62 anos, avalia que a população idosa já está nesse processo, mas não os jovens. "Falta identidade cultural ao nosso povo. Se

o ideal é saber envelhecer

continuar assim, nossos futuros idosos serão bem mais neuróticos. Nossos jovens não têm respeito aos mais velhos, isso não faz parte de nossa cultura”.

Uma alternativa para problemas como esse está disposta no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741), em vigor desde janeiro deste ano. Em seu artigo 22, por exemplo, a lei prevê a inserção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso nos currículos dos diversos níveis do ensino formal. De acordo com o autor do Estatuto, senador Paulo Paim, “o objetivo é, aos poucos, eliminar o preconceito. Dar lugar ao conhecimento, à consciência de que todos envelheceremos, e ao respeito”.

Envelhecer e Viver - ações que andam juntas

Envelhecer não significa apenas perder o vigor, mas também durar muito tempo. Viver, por sua vez, não significa somente existir. Viver é sinônimo de gozar a vida da melhor forma possível. E, durar muito, aproveitando cada minuto, cada oportunidade, é o que muitos dos idosos brasileiros vêm fazendo.

Quem vê Josepha Brito, 71 anos, sempre disposta e trabalhando na Ouvidoria da Câmara dos Deputados, pode não acreditar que, apesar de já

ter se aposentado, ela não pensa em parar. “Não tenho medo de dizer que sou velha, mas até posso dizer que tenho medo de parar, de ficar inútil em um canto. Ficar parado, realmente enferruja”, diz animada.

O Estatuto do Idoso, insere projeto do senador Paim que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes. Ele foi elaborado em face à necessidade de atuar de forma a reverter a tendência de crescimento do desemprego entre os trabalhadores mais velhos e experientes, especialmente entre aqueles de baixa renda. Paim ressalta que investir nesses trabalhadores não é um favor que a sociedade faz aos mais velhos: “Na verdade é um presente para quem tem a capacidade de perceber que a experiência pode trazer grandes benefícios para o empregado e para o empregador”.

A idéia de não parar é compartilhada por Marino: “Apesar de já ter passado dos 60, sinto-me como aos 30. E dou canseira em muitos jovens”. A canseira a que o professor de dança se refere é física. Tanto ele, como Josepha, ambos avôs corujas, têm uma vida social bastante ativa. Divertem-se indo a festas, a bares, a cinemas. E, para essas atividades, estão sempre acompanhados de amigos da mesma idade e mais jovens.

A consciência de que envelhecer não é sinônimo de deixar de viver, para Josepha – que participou por anos das discussões em torno do Estatuto do Idoso-, cumpre um dos papéis da nova lei. “O idoso está sentindo orgulho de ser idoso. Está procurando se informar sobre seus direitos e briga por eles”, diz.

Lutas históricas, como a que foi travada para a aprovação do Estatuto,

“O idoso está sentindo orgulho de ser idoso”

em geral vêm acompanhadas por um forte sentimento de euforia e de esperança. Anseios renovados pela possibilidade da criação de um mundo mais igualitário, solidário e fraterno. Mas, muitas vezes, esses sentimentos são acompanhados por frustrações que se assemelham à perda de direitos que pareciam absolutamente garantidos e que na verdade o são.

Paim diz que a dificuldade em se aplicar alguns dos 119 artigos do Estatuto do Idoso deve-se ao fato de que determinados setores da sociedade parecem não perceber o envelhecimento da população. “Esse é um dos desafios que nosso governo e nossos cidadãos terão de enfrentar”, analisa. Na avaliação do parlamentar, a vantagem que os idosos possuem é justamente poder ir atrás do que lhes é de direito. Para ele, a organização dessas pessoas é que poderá fazer com que o estabelecido no Estatuto seja, de fato, cumprido. ©

O Convívio das Gerações



DANILO SANTOS DE MIRANDA

Diretor Regional do SESC SP

A sociedade moderna caracteriza-se pelo distanciamento entre as gerações. A gradual comparimentalização de espaços sociais para as diversas faixas etárias, embora considerada por um olhar apressado como algo natural, foi socialmente construída.

Em outros momentos da história, crianças, adolescentes, adultos jovens e idosos compartilhavam os mesmos lugares e situações, fossem esses domésticos, de trabalho ou festivos. Ainda que, ressalte-se, essa convivência fosse condicionada por fatores históricos determinados e, nem sempre, favoráveis.

Portanto, tais formas de interação são transitórias e datadas. Hoje se verificam cisões bem demarcadas entre os mundos da criança, do adolescente e do adulto que se reproduzem no campo da sociabilidade e da educação. Tal distanciamento é empobrecedor e fonte de mútuos preconceitos.

O SESC, baseado em inúmeras experiências, pôde aferir importantes trocas de conhecimentos e de afeto entre jovens e idosos. Por isso, criou recentemente um novo programa cultural, o SESC Gerações, cujo objetivo é o desenvolvimento de processos de co-educação, por intermédio de atividades culturais e de lazer.

Nessa interação, os idosos repassam aos mais novos informações sobre sua história pessoal e também de seu bairro, de sua cidade, do país, possibilitando novos significados culturais ao jovem, o que reitera a afirmação de Ecléa Bosi de que a fala de um velho pode ser desalienadora. Através desse convívio, aos jovens também são oferecidos diferentes modelos de como envelhecer, preparando-os para essa crucial fase da vida.

A ação educacional é recíproca. Tem-se constatado que os mais velhos têm muito a aprender com crianças e

adolescentes. Exemplo disso é o que ocorre nas salas da internet do SESC SP. Muitos idosos têm recebido “aulas de informática” dos jovens e, assim, descoberto um mundo novo e cheio de agradáveis surpresas.

Ao longo dos 40 anos de trabalho com idosos, o SESC SP revolucionou o conceito de assistência à Terceira Idade. Atendendo atualmente a cerca de 55.000 idosos no estado de São Paulo, as atividades implementadas acumulam experiência e possibilitam novas estratégias de co-educação que gradativamente são disseminadas entre os diversos públicos que freqüentam seus centros.

Para o SESC o que mais importa é o desenvolvimento e o incentivo a atividades que privilegiem a inclusão através do encontro das diferenças e da valorização da diversidade rumo à construção de uma sociedade mais solidária. ©

Mínimo: Mecanismo para a distribuição de renda

Falar em salário mínimo é falar de cada cidadão brasileiro e das diversas realidades presentes em nosso país. Realidades que, no campo social, nos deixam lado a lado com Serra Leoa, próximo ao Quênia e à Zâmbia. Países africanos com os piores indicadores de distribuição de renda. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 112 milhões de pessoas, quase dois terços da população, recebem de zero a um salário mínimo.

O tema também nos remete à vida e à atuação política do senador Paulo Paim. Foi um dos Constituintes (1987 e 1988) que lutou para inserir o texto que deve definir o salário mínimo. “Me senti um privilegiado porque vinha com a experiência do sindicato. Tinha a experiência como secretário e vice da

CUT Nacional. Isso fortaleceu minha estrutura e fez com que eu cuidasse principalmente da ordem social”.

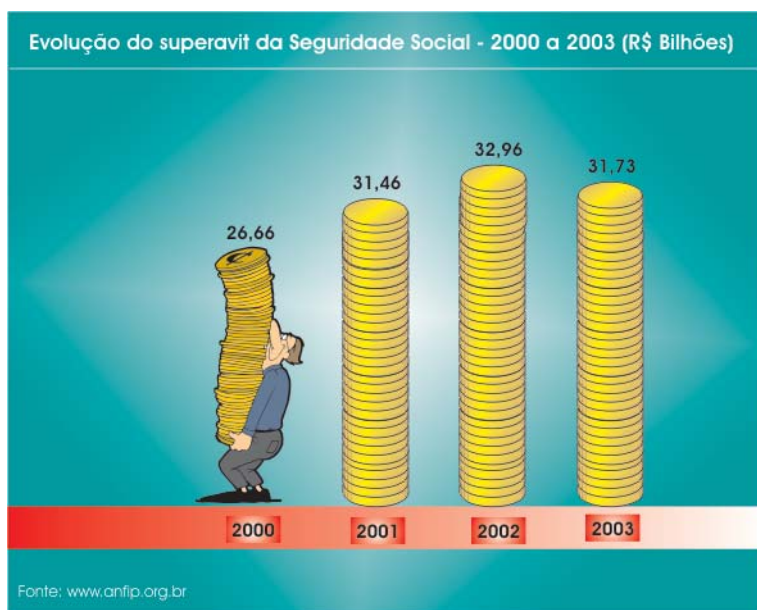
A Constituição determina que o mínimo deve ser capaz de atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Determina ainda que ele seja “reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim”. A idéia era que o salário mínimo fosse referência para a estrutura econômica e social do país. Ou seja, que estipulasse o mínimo necessário para que uma família pudesse viver dignamente. Infelizmente, as inúmeras mudanças econômicas, políticas e sociais pelas quais o país passou alteraram isso.

Segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), para que o artigo 7º da Carta Magna fosse atendido, o valor do mínimo deveria ser R\$ 1.527,56 (mais ou menos US\$ 500). Hoje ele corresponde à R\$ 260. Valor insuficiente para que uma família composta por quatro pessoas, residente em uma capital como, por exemplo, São Paulo, garanta o consumo básico de bens e serviços. O parlamentar defende que o salário mínimo seja usado pelo Estado como um dos principais mecanismos de redistribuição de renda, pois funciona como um pilar para a massa salarial.

“Há anos venho lutando pela recuperação do mínimo. Venho brigando para que ele seja equivalente a, pelo menos, US\$ 100”, diz o senador que defende ainda uma política de reajuste anual para o salário mínimo. O objetivo é aumentá-lo, gradativamente, com base na variação do Produto Interno Bruto (PIB) a fim de recuperar seu valor. Assim, o mínimo teria um reajuste correspondente à inflação mais duas vezes o crescimento real do PIB.

“O objetivo é, aos poucos, construir uma política justa para o mínimo. Como a proposta é equilibrada, podemos garantir que o equilíbrio financeiro da Previdência Social não será comprometido”, diz Paim.

A preocupação do parlamentar estende-se aos aposentados e pensio-



nistas. O projeto mantém o vínculo entre Previdência e o mínimo. Prevê aumentos reais aos trabalhadores ativos, sem comprometer o equilíbrio financeiro da Previdência Social. Ele propõe que o poder aquisitivo dessas pessoas seja recomposto por meio da atualização dos valores. Isso seria alcançado com a equivalência do número de salários recebidos quando as aposentadorias e as pensões foram concedidas.

Outro exemplo é o projeto que garante a vinculação definitiva (PLS nº 58/03) do salário mínimo aos benefícios de aposentados e pensionistas que recebem valores acima do mínimo. A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) tem recolhido milhares de assinaturas por todo o país em apoio a esse projeto.

A proposta opõe-se ao que defendem alguns setores: a desvinculação do salário mínimo do piso dos benefícios previdenciários. Segundo Paim, se uma medida assim fosse adotada, cer-

ca de 13 milhões de beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ficariam sem qualquer proteção social para a correção periódica de seus rendimentos. O parlamentar lembra que em 1998, durante a aprovação da Reforma da Previdência, foi construído o fator previdenciário que,


“Há anos venho lutando pela recuperação do mínimo.

Venho brigando para que ele ultrapasse o valor de US\$ 100.”

na prática, significa reduzir o valor das aposentadorias do INSS após 35 anos de contribuição.

Todos os anos são realizados debates sobre o reajuste do salário mínimo, e nesse processo de discussão, são levantados diversos argumentos contrários à concessão de reajustes. Um ponto levantado é o efeito sobre o déficit público atuante através dos be-

nefícios da previdência social. Outro argumento usualmente aplicado é que, dado o baixo valor do mínimo atual, ele não exerce mais efeitos significativos sobre o mercado de trabalho. O parlamentar discorda desse item: “ao longo dos anos as evidências nos mostram o contrário em relação a isso. Diversas pesquisas já foram realizadas e seus resultados comprovam que aumentos no valor do mínimo têm influência direta no mercado de trabalho”. A sistemática que vem sendo dada ao reajuste do mínimo, para Paim, desvirtua seu papel, privilegiando a lógica orçamentária em detrimento do atributo social e redistributivo.

Continuar mantendo a coerência. É isso que o senador pretende. Descontente com o valor estipulado este ano para o salário mínimo, declara: “O Brasil não pode continuar concorrendo com Serra Leoa ao título de campeão mundial das desigualdades sociais. O passo inicial para que realmente possamos sair dessa disputa é aumentar o valor do mínimo”. 

Fontes para o aumento do mínimo

Neste ano, no decorrer das discussões sobre o salário mínimo, Paim indicou algumas fontes de recursos que demonstram a possibilidade de aumento do valor.

- **Superávit da Seguridade Social:** em 2003 passou para R\$ 31,73 bilhões. Considerando-se o desconto de 20% da Desvinculação das Receitas da União (DRU), o valor seria de R\$ 12,06 bilhões;
- **Renúncia previdenciária:** em 2003 esse indicador atingiu o patamar de R\$ 13,83 bilhões. Se somarmos os valores da evasão por inadimplência, da evasão por sonegação e a renúncia, o valor chega a aproximadamente R\$ 50,97 bilhões, correspondendo a 63,14% do total da arrecadação líquida da Seguridade Social;
- **Superávit primário:** em 2003 - incluído o governo federal, os estados, os municípios e as empresas estatais-, o superávit foi de R\$ 66,1 bilhões. Isso representa 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB)- 0,15 pontos percentuais a mais que a meta de superávit primário (4,25%). No primeiro trimestre de 2004, apenas o governo federal, apresentou um superávit de R\$ 17,5 bilhões equivalendo a 4,63%, ou seja, 0,38 pontos percentuais superior a meta;
- **Impacto de aumentos:** segundo o DIEESE um aumento de um R\$ 1,00 no mínimo injetaria R\$ 193 milhões por ano na economia. Um aumento de R\$ 60,00, injetaria, em um ano, algo em torno de R\$ 11,5 bilhões, podendo gerar cerca de 1,8 milhão de empregos;
- **Arrecadação da COFINS:** em 2003 a arrecadação da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) alcançou o valor de R\$ 57,78 bilhões. Foram R\$ 6,75 bilhões a mais que o verificado em 2002. Neste ano o valor arrecadado foi de R\$ 51,03 bilhões. Isso desconsiderando o incremento na arrecadação da Cofins para os próximos anos.

Reforma Sindical

O governo federal deve encaminhar nos próximos meses ao Congresso Nacional sua proposta de Reforma Sindical. A importância do tema requer atenção no processo de discussão. O senador Paulo Paim incentiva o debate: “Acreditamos na força do diálogo e da negociação. Incentivando o debate estaremos contribuindo para a construção de um grande entendimento”.

Oriundo do movimento sindical, Paim defende os seguintes pontos: a preservação e a ampliação dos direitos dos trabalhadores; o reconhecimento oficial das centrais sindicais; o fortalecimento da organização dos trabalhadores da ativa, servidores públicos, aposentados e pensionistas; a garantia da organização dos trabalhadores por local de trabalho; a garantia de livre negociação sem que haja prejuízo da lei; e que o movimento não fique sem estrutura financeira para exercer a sua atividade.

O parlamentar diz que o processo requer tempo, não pode ser baseado na pressa, e que as discussões devem englobar todos os setores envolvidos, sem prejuízo da conquista de uma legislação trabalhista moderna. Nesse contexto, ressalta a importância das discussões ocorridas nos Fóruns Nacional do Trabalho (FNT) e Sindical dos Trabalhadores (FST). Conheça algumas opiniões sobre o assunto.



“Se muito vale o que já foi feito, mais vale o que será”.

Roberto Miguel de Oliveira

Dados Profissionais

Secretário de Formação do Sindicato dos Vigilantes – DF

Dirigente da CUT/DF – Conselho Fiscal

Representante da Confederação Nacional dos Vigilantes em reuniões com o Presidente do FNT.

Em toda história do Brasil, quando se tratou de impor modificações na política do país, os trabalhadores sempre foram preteridos da condição de protagonistas.

Dessa forma, considera-se de inegável importância, a iniciativa do Governo Lula, de promover uma profunda reforma nas relações trabalhistas onde, pela primeira vez na história do Brasil, os trabalhadores são sujeitos das transformações. O primeiro ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Sindicalista e fundador da CUT, foi a retirada do projeto de lei, do Governo FHC, que permitia a flexibilização dos direitos trabalhistas e a criação do Fórum Nacional do Trabalho – FNT, formado para buscar posições consensuais sobre a Reforma Sindical, com a participação do governo, patrões e trabalhadores, representados pelas Centrais Sindicais. Considero como principais propostas:

1. Fim da Unicidade Sindical

A imposição, por lei, de um modelo obrigatório de organização, viola, frontalmente, o princípio de liberdade sindical almejada. É essencial que numa democracia de fato e de direito, os trabalhadores possam eleger livremente seus represen-

tantes e escolher em quais organizações pretendem se filiar.

É importante ressaltar que no projeto do FNT, se as atuais entidades sindicais alcançarem um percentual mínimo de sindicalização, os atuais sindicatos poderão garantir a exclusividade de representação.

2. Fim do Imposto Sindical

O FNT propõe a extinção do Imposto Sindical e sua substituição pela Taxa Negocial, percentual a ser descontado de todos os trabalhadores que forem atingidos por negociação de Acordo Coletivo, que deverá ter seu valor e sua validade aprovados em Assembléia Geral da Categoria, reforçando ainda mais o princípio da Liberdade e Autonomia Sindical.

3. Extinção do Poder Normativo da Justiça do Trabalho

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho, originário no Governo Getúlio Vargas, concede à Justiça do Trabalho a prerrogativa de legislar sobre divergências da relação trabalhista, impedindo que os trabalhadores conquistem novos direitos.

A Reforma Sindical pretende extinguir o Poder Normativo da Justiça do Trabalho, afastando de vez com uma das interferências estatais mais perniciosas à organização sindical.

Como já foi dito, não há a presunção de transformar a Reforma Sindical em remédio para todos os males que acometem as relações trabalhistas no Brasil. É válido ressaltar que a CUT, desde

sua construção, aprovou a posição pela defesa da Liberdade e Autonomia Sindical, do Imposto Sindical e do poder Normativo da Justiça do Trabalho.

Não podemos esquecer ainda que na Constituinte de 1988 os princípios da Unicidade Sindical e do Imposto Sindical foram aprovados sem os votos dos parlamentares do PT - Partido dos Trabalhadores, sendo defendido veemen-

temente pelos patrões e pelos pelegos.

O que se pretende, neste primeiro momento de transformação que a Reforma Sindical propiciará é, fundamentalmente, conceder maior poder aos sindicatos, para que esses, com maior representatividade, possam lutar para alcançar as transformações históricas que a classe trabalhadora tanto deseja. **C**



Moacyr Roberto Tesch
Auersvald

Dados Profissionais

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH)

Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST)

No último dia 25 de agosto, as Confederações Nacionais de Trabalhadores entregaram oficialmente ao Congresso Nacional a proposta do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST para o aperfeiçoamento da estrutura sindical brasileira. A proposta é resultado de estudos profundos e de uma série de consultas públicas realizadas junto às entidades sindicais de trabalhadores desde a criação do FST em julho de 2003.

A oficialização da proposta do FST é mais uma demonstração de unidade do movimento sindical em torno da defesa do Artigo 8º da Carta Magna. Além disso, ratifica o compromisso das Confederações com as entidades de base que acabaram tendo seus posicionamentos desrespeitados pelo Fórum Nacional do Trabalho - FNT.

É importante frisar que há uma primeira grande diferença entre a proposta do FST e a do Governo, construída no âmbito do FNT. Para começar, ao contrário do Governo, que pretende fazer uma reforma radical na estrutura sindical brasileira a partir da aprovação de uma proposta de emenda constitucional, o FST está propondo alterações em nível infraconstitucional, ou seja, por meio de um projeto de lei ordinária sugere mudanças pontuais para aperfeiçoar o sistema já existente. Portanto, mantém sua defesa intransigente do Artigo 8º, um dos princípios que norteou a criação do FST.

O FST propõe o aperfeiçoamento da estrutura sindical brasileira através da defesa da unicidade sindical, da democratização da organização sindical com a participação das entidades de base na administração das Confederações, do reconhecimento das centrais sindicais, da criação de um Conselho Sindical Nacional, da representação profissional no local de trabalho, da regulamentação do custeio sindical, enfim da defesa do Artigo 8º da Constituição.

O projeto elaborado no seio do FST, como se vê, tem por objetivo a atualização e democratização da estrutura sindical a partir do princípio da razoabilidade. A proposta define o sindicato como entidade básica, especificando seus objetivos e, simultaneamen-

te, sua integração no sistema confederativo da representação sindical, do qual fazem parte, também, as federações e confederações. Está prevista a integração das centrais sindicais, que, deste modo, passam a ter existência legal, com atribuições definidas e bem diferenciadas.

O custeio das despesas das entidades sindicais seguiu, com atualizações e diferentes percentuais de distribuições, as formas já consagradas pela prática sindical. A contribuição sindical obrigatória foi mantida, mas excluindo-se o percentual que, na distribuição, era destinado à Conta Especial Emprego e Salário, mais conhecida como "Conta do Governo", tendo em vista que não mais se justifica sua permanência, estipulados outros percentuais de rateio entre as entidades do sistema. As centrais são incluídas na distribuição, considerando que, agora, passam a ser consideradas entidades sindicais.

Além da contribuição sindical, permite-se cobrança de outras contribuições definidas pela assembléia geral, no exercício de seu poder soberano, todas com destinação própria, mas restou inadmitido o chamado "direito de oposição" ao desconto. Significa que todos os integrantes da categoria estão sujeitos aos descontos, não podendo a eles se oporem. Para evitar desmandos e abusos, limitou-se em 1% (um por cento) da renda bruta do trabalhador o total dos descontos a título de contribuições da categoria.

Esses são os principais pontos do projeto do FST que, se aprovado, significará o 1º passo para o aprimoramento da legislação sindical e para o bom funcionamento e eficaz desempenho das entidades de classe brasileiras. **C**



Superando Limites



Parré e Cida:
luta contra o preconceito

Foto: Fayga Soares

“Não posso ouvir, mas percebo as batidas de um coração. Não posso ver, mas sinto a luz do brilho do sol. Não posso andar, mas cheguei até você. Não posso falar, mas me entende quem me vê. Aquilo que falta em mim, nada impede que eu seja feliz. Pois canto, danço, pinto e bordo assim porque Deus quis. Saiba que o ver, o andar, o ouvir, o falar, não são necessidades essenciais. Brasil, me olhe de frente e venha pra rua. Me inclua em seus ideais”

A música “Nada impede que eu seja feliz”, de Leci Brandão traz o apelo das 24,5 milhões de pessoas que, no Brasil, segundo dados do último Censo, possuem algum tipo de deficiência, seja mental, auditiva, visual ou física: os mesmos direitos e o mesmo tratamento que é dado às pessoas consideradas normais.

E as pessoas com deficiência estão indo atrás dessa mudança, alterando, principalmente, a forma como eles mesmos se vêem e lidam com suas limitações. Nesse contexto, a elevação da auto-estima é peça fundamental. Para o iatista Lars Grael, que em 1998 teve uma das pernas amputada por uma hélice durante uma competição, o es-

porte tem papel fundamental na inserção e na aceitação das pessoas com deficiência. “O esporte, além de elevar a auto-estima, resgata a pessoa para a sociedade, derruba a questão da deficiência”, diz.

Superar limites. É isso que o esporte mostra e proporciona aos deficientes. Assim como Lars, pessoas que já possuíam algum tipo de deficiência ou que, pelas mais variadas razões, passaram a tê-la, encontraram no esporte um meio de desafiar suas dificuldades e, por isso mesmo, valorizar seus potenciais.

Maria Aparecida de Souza, 35 anos, pratica esporte desde os 15 anos. Ini-

ciou pela natação (tendo participado de um Pan-Americano) e hoje pratica atletismo e corrida de pista em cadeiras de rodas. Com uma deficiência congênita, a artrogripose múltipla, ela conta que muitas pessoas ficam surpresas com a quantidade de atividades que ela desenvolve. Além do esporte, Aparecida é dona-de-casa, está no penúltimo semestre de Pedagogia e dá aulas para crianças em idade pré-escolar.

Assim como ela, seu colega Ariosvaldo Fernando da Silva, o Parré, passou por diversos esportes: natação, basquete e, atualmente, o atletismo. Um dos pré-convocados para as Para-Olimpíadas de Atenas, Parré diz que a principal e primeira barreira que ele teve

de atravessar foi a do preconceito, inclusive dentro de casa. Cida concorda: “Meu pai, por exemplo, achava que eu nunca iria nadar. No dia em que me viu nadando é que ele acreditou. Mas temos mostrado que conseguimos”.

Para o senador Paulo Paim, autor do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, o entrave principal para a aceitação dessas pessoas, e também para a aprovação de uma legislação específica, é o preconceito. Os depoimentos reforçam essa idéia.

Início de mudanças

Para o parlamentar é fundamental que seja promovida uma mudança cultural. Sugere que os próprios portadores de deficiência briguem por isso, por um tratamento igualitário. Cida concorda com o senador: “Se ficarmos em casa, parados, sem ir à luta, ninguém vai acreditar na gente. Temos que ir atrás. Independente de ser deficiente, quando as pessoas querem, elas conseguem qualquer coisa”, diz.

Foi por acreditar nas potencialidades dessas pessoas que, no princípio da década de 70, o professor de Educação Física e presidente do Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE), em Brasília, Ulisses de Araújo, começou a desenvolver trabalhos com pessoas com deficiência e idosos. Ele, que não é portador de deficiência, lembra que o esporte é o carro chefe da área social em diversos países. Cita a prática desportiva e a cultura como meios de promover a igualdade entre as pessoas.


Defende, por exemplo, a instituição de cotas. “Tem gente que não vê razão nas cotas. Mas elas têm sentido

sim porque vão fazer a transformação cultural. Isso só vai acontecer quando todas as pessoas conviverem juntas”, ressalta.

O trabalho desenvolvido pelo professor visa incluir as pessoas nas mais diversas áreas sociais e não criar uma espécie de “clube” para aqueles que possuem algum tipo de deficiência. “Nosso objetivo é preparar a pessoa para lidar com situações sociais. Trabalhamos o esporte como forma de resgatar e incluir essas pessoas”.

Ulisses defende a aprovação do Estatuto, para ele, a existência de uma

legislação voltada às pessoas com deficiência é imprescindível para o início das mudanças culturais: “A lei cria essa transformação cultural e, com o tempo, ela fica defasada. Sinal que estamos avançando”.

Paim concorda. Para o parlamentar, a aceitação dessas pessoas por meio de uma legislação acabará fazendo com que, daqui alguns anos, os direitos sejam tidos como certos. “Quando mudarmos a forma de ver essas pessoas, não conseguiremos entender como elas não possuíam direitos tão básicos. Não entenderemos como pudemos deixá-los por tanto tempo à margem”. 

Adequar para integrar

Esse é o objetivo do projeto “ULBRA-Universidade acessível” que, desde 2003, está colocando em prática os itens dispostos no Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (PLS nº 06/03). Há 38 anos desenvolvendo trabalho voltado a pessoas surdas, a instituição gaúcha agora estende o atendimento às demais pessoas com deficiência. Para o diretor do Instituto de Pesquisa em Estudos Surdos e da Acessibilidade (IPESA), da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Ottmar Teske, a necessidade existente é a de adequar toda a estrutura para receber esses alunos. “Se o palco não tinha uma rampa, não era o deficiente que tinha problema, a deficiência era do palco, do auditório. Precisamos alterar a maneira de pensar as coisas”, alerta.

Pioneira no país, a instituição já contratou 12 profissionais intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o acompanhamento acadêmico de alunos surdos da Universidade. Os contratados passam a ser os primeiros a ter a profissão reconhecida, tal como o artigo 20 do Estatuto. “O mais importante nesse processo todo é que os intérpretes de LIBRAS estão tendo em sua carteira de trabalho a descrição exata do cargo: Intérprete de LIBRAS”, ressalta Ottmar. Hoje são 75 alunos surdos matriculados com acompanhamento integral dos intérpretes.

Mudanças comportamentais - O diretor diz que na década de 90 as pessoas com deficiência eram vistas por seus colegas e professores com estranheza ou supervalorização. Após a realização de seminários, reuniões e conversas com alunos e professores, isso vem sendo modificado. “Antes todos olhavam e estranhavam, por exemplo, os surdos conversando em línguas de sinais e hoje é algo que está se tornando comum”.

Ele alerta para que a experiência seja adotada por demais entidades: “a ULBRA não é acessível, mas ela está no processo para isso. A acessibilidade é o horizonte e, na nossa opinião, os estados, os municípios e as outras instituições deveriam ter o Estatuto como horizonte a ser perseguido”.

Exemplo de Superação

Laers Grael

Dados Profissionais

Esportista e atual Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo.

Viver normalmente e procurar ser feliz, são metas de Lars Grael. Após o acidente em que teve uma de suas pernas amputada, ele dedica-se ao esporte e a políticas em prol de pessoas com deficiência e idosos.

Caminhos - Após o acidente, como você aprendeu a conviver com a deficiência física?

Lars Grael - Inicialmente é sempre um trauma, mas o exemplo de outros atletas e de pessoas que passaram por problemas iguais ou piores me fez ver que a minha vida não tinha acabado. Era possível viver e ser feliz convivendo com a minha deficiência.

Caminhos - Você é uma referência para o esporte brasileiro e o movimento das pessoas com deficiência o vê como um símbolo de superação das dificuldades. Como avalia isso?

Lars Grael - Para mim é muito gratificante saber que sou uma referência para outras pessoas. Tal como outros também foram referências para mim na época do acidente. Acho que os deficientes não devem focar suas vidas naquilo que não podem mais fazer e sim em como continuar a ser produtivos e, principalmente, felizes.

Caminhos - Na sua opinião, o que deveria ser feito para a melhoria de vida das pessoas com deficiência? Quais as barreiras ainda existentes?

Lars Grael - Acho que a principal barreira ainda existente é a do preconceito da sociedade com as pessoas



Lars e o proeiro Marco Lagoa


portadoras de deficiências, sobretudo com relação ao cumprimento das leis. Hoje os direitos dessas pessoas são garantidos por leis, mas o problema é o cumprimento delas. Nosso país tem essa anomalia que é o fato de você facultar à sociedade acatar ou não as leis. O cumprimento dessas leis é fundamental. Eu já vi uma iniciativa do Ministério Público Federal no sentido de se fazer um amplo convencimento e de punir aqueles que não cumprirem as leis, isso também em relação ao acesso de empregos em empresas estatais e particulares. A capacidade do deficiente, deve ser levada em conta e colocada em prática.

Caminhos - Historicamente o Estado oferece às pessoas com deficiência políticas públicas nas áreas da assistência social, saúde e educação. Mas em áreas como esporte, lazer e cultura, as ações são apáticas. Como vê isso?

Lars Grael - Vou falar da área de esporte, que é onde eu atuo como presidente da Comissão Nacional de Atletas - existe um grupo atuante de para-atletas -, assim como na presidência do Fórum Nacional de Secretários Gestores Estaduais de Esporte. Nós trabalhamos a conscientização com relação à im-

portância da inclusão social da pessoa portadora de deficiência através do desporto. Basta lembrar da questão da promoção dos Jogos Para-Olímpicos do Brasil que passou a ingressar o calendário esportivo oficial do país. O que era fazer um favor em ceder as instalações, hoje mobiliza disputas e até concorrência para sediar os jogos. O fato nasceu da experiência de São Paulo e temos que ter em mente que este é um movimento recente. A própria fundação do Comitê Para-Olímpico data de 1995 e o amparo legal, através das leis de incentivo, data de 2000 com a aprovação da Lei Agnelo Silva.

Caminhos - O esporte como instrumento de inclusão social. O que poderia ser ampliado no Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência?

Lars Grael - O direito e o acesso da pessoa portadora de deficiência às diversas modalidades desportivas. Direito à prática esportiva. Hoje nós podemos evidenciar que esse direito é fundamental, sobretudo porque eleva a auto-estima e resgata a pessoa para a sociedade, derrubando a questão da deficiência. Ao tornar-se útil para a prática esportiva o deficiente pode se tornar útil ao trabalho e à sociedade. 



A Superação da Pobreza para as Mulheres

Guaciara de Oliveira & Natalia Cruz

A Plataforma de Beijing (1995), ratificada pelo Brasil, considera a questão da pobreza entre as mulheres como a primeira preocupação merecedora de atenção e de ações estratégicas para seu enfrentamento.

A plataforma reconhece o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres como trabalhos que contribuem para a luta contra a pobreza e destaca que “a pobreza das mulheres está diretamente relacionada com a falta de oportunidades econômicas e autonomia, a falta de acesso aos recursos econômicos, incluindo o crédito, a propriedade da terra, o direito à herança, a falta de acesso à educação, aos serviços de apoio e com sua mínima participação no processo de tomada de decisões (mulheres no poder). A pobreza pode, outrossim, empurrar as mulheres para situações em que ficam expostas à exploração sexual”.

É essencial incorporar a perspectiva de gênero, considerando como a pobreza atinge diferentemente homens e mulheres. Muitas mulheres idosas, por exemplo, não têm acesso à aposentadoria, já que em países como o Brasil, a Previdência Social se baseia no princípio do emprego remunerado contínuo. Mulheres que se retiram do mercado formal para cuidar de parentes doentes e

de idosos não têm este tempo reconhecido como válido para efeito de contribuição previdenciária. A inclusão social na Previdência foi uma bandeira levantada pelo movimento de mulheres durante a tramitação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional, no ano de 2003.

A Plataforma de Beijing relaciona, ainda, as políticas macroeconômicas adotadas pelos países com a questão da pobreza.

Assim, para enfrentar o desafio da erradicação da pobreza no Brasil, priorizando a parte da população mais duramente atingida pelo empobrecimento, ou seja, as mulheres e, entre estas, as mulheres negras, é preciso distinguir as causas que provocam tal problema. É necessário reconhecer tanto as bases históricas patrimonialistas/patriarcais e escravocratas, que fundaram o projeto de desenvolvimento das elites brasileiras, quanto as suas relações com a atual estrutura e dinâmica do desenvolvimento econômico e social do país. A existência da pobreza e seu agravamento não são um efeito anômalo e contornável, mas uma condição de execução do projeto de desenvolvimento, produtor e reproduzidor de desigualdades.

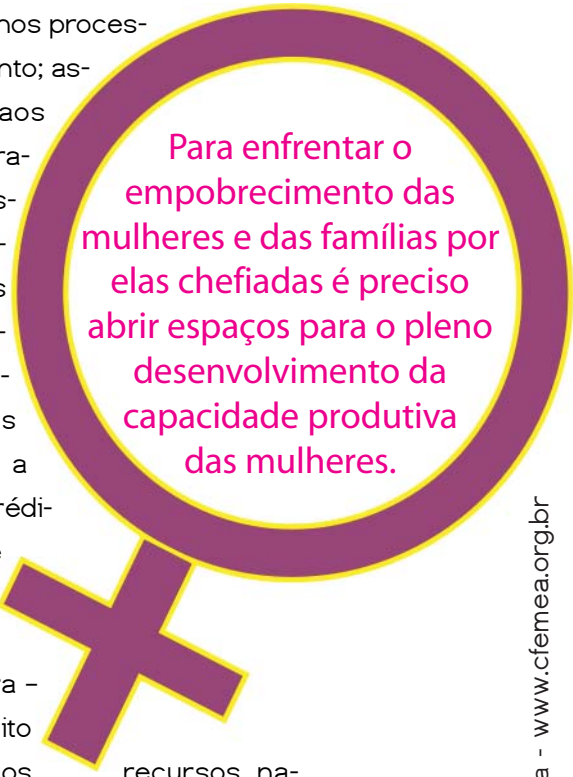
A erradicação da pobreza exige a convergência de esforços. A contradição entre

e as Políticas Públicas

as atuais políticas econômicas, concentradoras de riqueza, e as políticas sociais compensatórias e focalizadas de combate à pobreza, faz com que estas resultem ineficazes. Para enfrentar o empobrecimento das mulheres e das famílias por elas chefiadas é preciso abrir espaços para o pleno desenvolvimento da capacidade produtiva das mulheres; e criar mecanismos para a valorização e compartilhamento das responsabilidades familiares e comunitárias.

Nesse sentido, a Plataforma destaca que “os governos devem reestruturar e dirigir a dotação do gasto público visando aumentar as oportunidades econômicas para as mulheres e promover o acesso igualitário das mulheres aos recursos produtivos, e atender às necessidades sociais, educativas e de saúde básicas das mulheres, em particular das que vivem na pobreza”. É fundamental que os Governos considerem as seguintes questões em suas legislações e políticas públicas, visando promover a autonomia e o empoderamento das mulheres: desenvolvimento dos setores agrícolas e pesqueiro (com acesso aos serviços financeiros e técnicos, de comercialização, infra-estrutura e tecnologias apropriadas); facilitar às mulheres o acesso à moradia e à terra; políticas e programas para as mulheres indígenas que respeitem sua diversidade cultural com pos-

sibilidades de opção nos processos de desenvolvimento; assegurar o acesso aos serviços jurídicos gratuitos ou de baixo custo; compreender reformas legislativas que garantam o acesso equitativo das mulheres aos recursos econômicos como a posse da terra, ao crédito (com programas de capacitação das mulheres - não só em culinária e costura - e facilidades de crédito às mulheres rurais), aos recursos naturais; incorporar a perspectiva de gênero em todos os aspectos da formulação de políticas econômicas, incluindo o planejamento e os programas de ajuste estrutural. ©



Para enfrentar o empobrecimento das mulheres e das famílias por elas chefiadas é preciso abrir espaços para o pleno desenvolvimento da capacidade produtiva das mulheres.

Guacira César de Oliveira é socióloga e integra o Conselho Deliberativo e o Colegiado Diretor do CFEMEA desde a sua fundação. Presta assessoria e promove a articulação das organizações do movimento de mulheres.

Natalia Mori Cruz é socióloga e mestra em Sociologia na Área de Cultura Urbana (UnB); na assessoria parlamentar do CFEMEA é responsável pelas áreas de Trabalho, Previdência e Poder. Desenvolve estudos sobre a “feminização da pobreza” e integra o grupo de jovens feministas, “Nada Frágil”.



Foto: Solage Brum - SETUR -RS

Ruínas de São Miguel das Missões

BR 101

Paim vem participando dos encaminhamentos e das discussões em torno do início das obras na BR 101. A fim de encontrar verbas no orçamento e de agilizar o processo de duplicação da rodovia, foram acompanhados os debates junto ao Ministério dos Transportes; ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); ao Tribunal de Contas da União (TCU) e a lideranças do governo.

Ressarcimento da COFINS para calçadistas

Em 2003, o setor calçadista gaúcho foi marcado por um acréscimo nas exportações e por resultados bastante expressivos em relação ao ano anterior. Em nome deste segmento da indústria Paim solicitou ao Secretário da Receita Federal, Jorge Antônio Deher Rachid, o ressarcimento dos créditos presumidos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ao setor exportador. O pronto atendimento ao pleito foi fundamental para a preservação de milhares de empregos.

“Os Cabeças do Congresso”

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), órgão especializado no acompanhamento do trabalho legislativo, em sua pesquisa anual “Os Cabeças do Congresso”, apresentou o nome do senador Paulo Paim como um dos cem parlamentares mais influentes do ano. A pesquisa salienta que, apenas 13 parlamentares fizeram parte das dez últimas edições da série. Paulo Paim é um deles.

Reluz

O senador Paulo Paim apresentou, em outubro do ano passado, projeto para regularizar a situação de todos os municípios do país que participaram do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) e do parcelamento de débito às concessionárias de energia elétrica, junto ao Ministério da Fazenda. Após intensas negociações com os demais senadores e com o governo federal a matéria foi aprovada, por unanimidade no Senado, em tempo recorde: 31 dias. A razão é simples. O projeto contribuiu para sanar as dificuldades de cerca de dois mil municípios em obter novos financiamentos junto aos organismos federais.

O Nosso Rio Grande

Fumo

O Brasil é o segundo país do mundo na exportação do fumo, sendo que o Rio Grande do Sul é o estado que mais produz o produto. O senador - apesar de concordar com a posição do ministro da Saúde, Humberto Costa, em relação aos males do fumo - entende a preocupação dos micro, pequenos, médios e grandes produtores gaúchos. Milhares de famílias foram incentivadas a investir na cultura do fumo. A Convenção-Quadro inibe a plantação do fumo. Devido a esse quadro é preciso uma regra de transição em torno de dez anos, para permitir outras opções de cultura.



A vitivinicultura gaúcha

No ano passado, a introdução de um novo reenquadramento dos vinhos nacionais para pagamento do IPI elevou a tributação do vinho nacional. Diante disso, Paim solicitou, em plenário, a revisão do Ato Declaratório nº 35. Os três senadores gaúchos e o vice-presidente da República, José Alencar, encaminharam ao presidente Lula ofício pleiteando uma solução para a questão.

Transgênicos

Nos dois primeiros anos de seu mandato o senador participou de diversas negociações a respeito da plantação de soja transgênica no Rio Grande do Sul. Para ele, o projeto de biossegurança não foi aprovado no tempo previsto devido ao item células-tronco. "Precisamos discutir essa questão com a seriedade que o tema exige. Afinal, as células-tronco são as sementes da vida", diz.

Trigo

Paim vem demonstrando seu apoio às medidas que objetivam reduzir a carga tributária do trigo e de seus derivados - alimento básico das famílias brasileiras, em especial as de baixa renda. Medidas que, elevarão a média do consumo de pães *per capita*. A meta da OMS é de 60 Kg/ano e o Brasil consome apenas 27 Kg/ano. Segundo o IBGE, aproximadamente 85% das famílias têm dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento familiar, muitas vezes insuficiente para o consumo de produtos que integram a cesta básica.

Defesa do alho nacional

A triangulação do produto chinês e o deferimento de liminar a empresas "laranjas" que importam toneladas de alho sem o pagamento de *antidumping* - impedem o recolhimento de milhões de reais em tributos e prejudicam os produtores nacionais. Em outubro (2003), durante reunião com membros da Secretaria da Receita Federal e o presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA), Gilmar Dallamaria, foi pedido mais rigor na fiscalização do alho importado.

18 Meses de Governo:

Aloizio Mercadante

Os problemas estruturais gerados pelas políticas de abertura financeira, sobrevalorização cambial e desregulamentação e privatização da economia, adotadas nos anos 90, foram levados a limites críticos pela crise cambial e financeira que começou a manifestar-se a partir de abril de 2002, com a ameaça de descontrole inflacionário (a média mensal do IGP-M no último trimestre de 2002 atingiu 4,27%, equivalente a uma inflação anualizada de 65,2%), a interrupção dos fluxos de financiamento externo do país (as taxas de rolagem caíram de 83% no segundo semestre de 2001 para 16% no segundo semestre de 2002), a disparada do dólar (que atingiu cerca de 4 reais em setembro/outubro de 2002) e a deterioração da situação fiscal, tanto pelo aumento da relação dívida/PIB quanto pela elevação da taxa de juros para 25% em outubro de 2002.

Essa herança impôs severas restrições ao novo governo. Por isso o esforço inicial esteve voltado para reverter o quadro de crise e impedir o aprofundamento de seus efeitos destrutivos sobre a economia. O sucesso obtido nessa esfera, no entanto, custou o crescimento do PIB em 2003, que recuou 0,2%, com rebatimentos negativos no nível de emprego e na renda dos ocupados. Mas os avanços paralelos realizados na frente externa,

a estabilização da taxa de câmbio e a redução da taxa básica de juros permitiram criar condições para a retomada do crescimento.

A nova política comercial praticada pelo governo e a projeção da presença do Brasil no cenário internacional possibilitaram, entre outras coisas, a rápida expansão das exportações, que em 2003 cresceram 21,1% e aumentaram 33,7% de janeiro a julho de 2004 com relação a igual período do ano anterior, puxadas principalmente pelos produtos básicos e manufaturados cujo crescimento atingiu 45,3% e 31,7% respectivamente. O Mercosul, a China e outros destinos não tradicionais respondem pela maior parte desse crescimento das exportações que permitiu acumular, nos últimos vinte meses, um saldo recorde de US\$ 47 bilhões na nossa balança comercial.

Esta expansão, reflexo de uma mudança fundamental na dinâmica do modelo econômico anteriormente vigente, reduziu as necessidades de financiamento externo do país - contribuindo a diminuir a nossa vulnerabilidade externa - e teve um impacto importante sobre a retomada do crescimento da economia.

Nos últimos 12 meses, apesar do nível modesto de ingresso de investimen-

tos diretos estrangeiros, o PIB cresceu cerca de 4,7% e as vendas do comércio se expandiram a taxas elevadas, em função dos efeitos multiplicadores do aumento do saldo comercial e da reativação da demanda interna. Reverteu-se a tendência de queda nos rendimentos dos assalariados e, com a criação de quase um milhão e quinhentos mil empregos formais, a taxa de desemprego caiu significativamente nos últimos dois meses.

A recuperação industrial teve um papel ativo nesse processo, o que constitui também uma mudança relevante em relação à tendência à desindustrialização da economia que caracterizou o período 1995/2002. De janeiro a agosto de 2004 a indústria acumulou um crescimento de 8,8% (6,1% nos últimos 12 meses), com os segmentos de bens de capital e de bens de consumo duráveis mostrando incrementos de 21,5% e 18,8% respectivamente.

Paralelamente, o Governo desenvolveu uma série de ações em benefício dos setores de menor capacidade econômica, com destaque para a inédita renegociação da dívida dos pequenos produtores rurais e assentados da reforma agrária, a ampliação do crédito para a agricultura familiar, a implementação de diversos programas de

Os Desafios da Economia

micro-crédito e inclusão bancária, o Fome-Zero e a unificação dos programas de transferência de renda no Bolsa Família, estendendo sua abrangência (mais de 4 milhões de famílias atendidas em 5.461 municípios, até julho de 2004), apesar de alguns problemas de gestão que foram detectados e requerem um aperfeiçoamento dos métodos de fiscalização utilizados.

A reorientação e fortalecimento do sistema de financiamento interno de longo prazo, com o BNDES voltando a operar como um banco de desenvolvimento, foi extremamente importante para a retomada, ainda que lenta, dos investimentos, que são essenciais para a sustentação do crescimento. Suas principais linhas de atuação incluem a reativação do setor de construção naval, praticamente desmontado nos anos anteriores, o financiamento das exportações (que já representa mais de 33% dos desembolsos totais do Banco), o apoio à integração econômica da América do Sul, a priorização das micro e pequenas empresas (os financiamentos concedidos aumentaram 20% em 2003 e 44% de janeiro a julho de 2004), o fortalecimento da infra-estrutura energética e o apoio à agropecuária irrigável, à mecanização agrícola e à aquisição de máquinas e equipamentos de produção nacional. O encamiñamento da reforma tributária, que

há anos tramitava no Congresso Nacional, aponta em direção similar. Embora sua vigência plena só se verificará a partir de 2007, muitas das medidas aprovadas têm incidência imediata e positiva em termos de justiça fiscal – como a desoneração da cesta básica, dos insumos agrícolas e dos medicamentos e da energia elétrica para a população de baixa ren-

Reverteu-se a tendência de queda nos rendimentos dos assalariados e, com a criação de quase um milhão e quinhentos mil empregos formais, a taxa de desemprego caiu significativamente nos últimos dois meses.

da –, consolidação do pacto federativo e desoneração dos investimentos e da produção.

Passos importantes foram também dados na recuperação da capacidade do Estado de apoiar o desenvolvimento nacional, com a criação da empresa de planejamento energético, a formação de um grupo de planejamento estratégico ligado à Presidência da República e a formulação de uma política industrial voltada para segmentos de elevado potencial tecnológico (fárma-

cos, semi-condutores, bens de capital e software). Ao mesmo tempo, o Governo está empenhado no estabelecimento de um marco regulatório que estimule a inversão privada e facilite a coordenação dos investimentos públicos e privados em infra-estrutura, tendo inclusive já implementado um conjunto de medidas fiscais com vista a desonerar a produção e os investimentos e atrair para o sistema produtivo os recursos hoje aplicados no *overnight*.

Essas ações sinalizam as prioridades das políticas públicas na nova fase inaugurada com a reativação da economia: a sustentação do crescimento e a implementação das transformações sociais voltadas para a inclusão dos milhões de brasileiros que vivem à margem dos benefícios do progresso técnico e dos direitos sociais básicos. Esse é o caminho para superar as restrições estruturais que ainda ameaçam nosso desenvolvimento e construir um novo modelo de sociedade em nosso país: a República da Inclusão Social. ©

Aloizio Mercadante, 50, é economista e professor licenciado da PUC e da Unicamp, senador por São Paulo e líder do governo no Senado Federal.
E-mail: mercadante@mercadante.com.br
Internet: www.mercadante.com.br

Negros em Movimento na

O mundo depara-se com o debate da implantação da verdadeira Democracia Racial, visando afastar o conceito de superioridade entre Raças, petrificado no seio de nossa sociedade com base nas relações sociais.

A igualdade racial, como pretendemos, não pode ser considerada como um tema da moda, mas um assunto em debate, iniciado quando da assinatura da Declaração dos Direitos Humanos, após a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil também subscreveu a declaração, visando aderir a seus termos e conceitos de um ideal comum, vindo ter como seu maior parceiro o movimento negro, mola propulsora da luta pela igualdade. Para tanto, o caminho escolhido foi o que se assemelha a uma viagem feita a pé onde seu movimento seqüencial lembra os ensinamentos da milenar cultura chinesa que diz: “Uma longa viagem, de mil milhas inicia-se com o primeiro movimento de um pé”, igual aos dos descobridores do mundo novo que, agindo com impetuosidade, com racionalidade, com inteligência e com coragem alcançaram suas metas e realizaram seus sonhos.

Fazendo um paralelo com o negro em movimento em busca da igualdade racial, o caminho trilhado tem que ser norteado pelos conceitos pré estabelecidos, para conduzir a sociedade a um mundo sem preconceito, discriminação e racismo, em decorrência da expressa manifestação.



Para definirmos esse movimento, devemos lembrar os ensinamentos do ex Arcebispo Primaz do Brasil, para quem “um sonho sonhado sozinho, é apenas um sonho. Um sonho sonhado coletivamente é uma realidade”. A nosso ver realidade é a barreira a ser transposta no caminho que nos leva a um mundo aonde negros, brancos, índios e todos venham conviver em uma verdadeira democracia racial.

No Brasil só será possível com a defesa intransigente, dos direitos e garantias individuais, e escopo na Constituição Federal Brasileira e nas demais Leis Ordinárias, vigentes ou a serem promulgadas, como o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do então deputado federal e hoje senador Paulo Paim, Vice-Presidente daquela casa legislativa.

A sociedade brasileira vem limitando sua convivência na definição de lealdade, para construir com o passar dos anos a indetidade moral e cultural do cidadão e desta forma fazer com que todos tenham ou venham a ter uma indetidade moral, durante todo o tempo, agregada a sua personalidade evitando qualquer desvio de conduta social.

Da análise do contexto social emerge o fato da bandeira da Igualdade Racial, ir sendo empunhada, há mais de 116 (cento e dezesseis) anos, pela comunidade negra e seus representantes. Porém, chegou o momento desta responsabilidade ser dividida pela Sociedade em Geral, e com a participação dos poderes públicos, ou seja, Executivo, Legislativo e Judiciário e, assim,

busca da Igualdade Racial

aniquilar efeitos maléficis sobre todos os discriminados, vítimas da cristalização do Falso Mito de Democracia Racial.

O Estatuto da Igualdade Racial é importante, pois coloca em foco a defesa dos Direitos Fundamentais, como saúde, educação, cultura, esporte e lazer. Além de destacar a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial para implementação de políticas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e inclusão social dos afro-brasileiros, conforme previsão em seus artigos com recursos provenientes de Lei Orçamentária da União.

Cabe neste momento, fazer um parêntese, para ressaltar o fato de o negro ser um cidadão brasileiro e contribuir com a construção do nosso país e desta forma deva ter revertido em seu favor os tributos recolhidos aos cofres públicos na mesma proporção dos demais membros da sociedade.

Emerge ainda, do citado estatuto a questão da terra, do mercado de trabalho, cotas etc., pilares de sustentação de Políticas Afirmativas, necessárias para diminuição do abismo social existente entre discriminados e não discriminados.

A demora de sua aprovação no Senado faz invocar a célebre Oração aos Moços de Rui Barbosa, para quem justiça tardia não é justiça, senão injustiça

qualificada. No nosso caso, os discriminados, justiça social atrasada é injustiça social com agravante e consequente materialização de apartheid social brasileiro.

Devemos enfatizar que as vítimas de crime de racismo têm dificuldade de obter a reparação da injusta agressão que são vítimas em face do desconhecimento da legislação e interpretação equivocada dos operadores do direito. O posicionamento decorre do conceito enraizado em nossa cultura de não ser necessária uma reprimenda de caráter educacional como forma de coibir este ilícito, como forma de reparar as desigualdades raciais e consequentemente sociais.

A implantação das Ações Afirmativas não configura discriminação e sim a adoção de política reparadora de erro histórico, como aconteceu nos Estados Unidos da América, em meados dos anos 50 e 60.

A igualdade racial defendida pelos opositores de qualquer movimento de cunho afirmativo, respaldada no artigo 5º da Carta Magna, é apenas jurídica formal, jamais real. Defender a tese que todos são iguais perante o direito e condições no Brasil, atualmente, é macular o conceito de igualdade com vícios insanáveis.

Fosse esta conclusão correta, o preceito da Constituição Federal, que diz: “A prática do racismo constitui crime

imprescritível e inafiançável, sujeito a pena de reclusão”, não teria razão de existir, configurando a denominada letra morta da lei.

Ledo engano, pois fatos ocorridos no dia a dia desbancam a tese e as marcas deixadas em suas vítimas são profundas.

Para tanto, necessitamos da aprovação de leis que estabeleçam, ou melhor, que reiterem os preceitos de igualdade, dignidade e respeito mútuo entre todos os seres humanos, como o Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial.

Justificamos a nossa defesa nos ensinamentos de Martin Luther King ao dizer “A Lei não irá acabar com o preconceito, mas irá obrigar os preconceituosos a me respeitarem”.

Concluindo, reiteramos não ser mais de responsabilidade só dos negros o compromisso de fomentar a discussão de igualdade racial, mas de toda a sociedade brasileira, pois sem o reconhecimento do valor de todos os discriminados e respectiva inclusão social, o Brasil jamais será uma grande potência econômica. “Onde todos são iguais, independente de raça, cor, sexo, religião etc.” ©

Dr. Marco Antonio Zito Alvarenga é advogado; Procurador Federal do INSS e Presidente da Comissão do Negro e de Assuntos Antidiscriminatórios da OAB, Seção São Paulo

Mídia: agente de mudanças culturais

Cerca de metade da população brasileira é composta por afro-brasileiros (42,5%, de acordo com o IBGE). Mas, se as pesquisas realizadas não nos mostrassem isso, o que diríamos se apenas analisássemos o que a mídia nos mostra? Talvez tivéssemos a idéia de um país cuja população se assemelha fisicamente aos europeus. A verdade é que o Brasil é um país miscigenado e isso é o que deveríamos ter reproduzido em nossos meios de comunicação.

Entretanto, os afro-brasileiros continuam representando papéis de menor destaque e, por vezes, estereotipados. Situação que aumenta a distância entre brancos e negros. De acordo com o senador Paulo Paim, a postura da mídia tem resquícios de conceitos de uma sociedade escravocrata. “Por que razão não podemos aparecer nos meios de comunicação de maneira semelhante aos descendentes de outras raças?”, questiona o parlamentar que, há anos, defende a adoção de cotas na mídia. Medida que também consta na proposta de Estatuto da Igualdade Racial.

Para ele, apesar de os meios de comunicação ainda não reproduzirem de maneira ideal a diversidade racial brasileira, os últimos anos foram de conquistas. O cantor e apresentador, Netinho de Paula, possui opinião semelhante: “O Brasil é um país de pluralidade racial. Somos uma raça que representa quase metade da população. Os negros só ganhavam destaque na música e nos esportes. Agora, os negros também poderão ser atores e modelos. Os veículos de comunicação e a



Foto cedida pela Rede Record

mídia, estão nos dando o devido valor e respeito. A abertura do mercado publicitário é a conquista da luta e do reconhecimento da nossa raça”.

Paim ressalta a importância da adoção de algumas leis para garantir a abertura desse mercado para os afro-brasileiros. “A idéia é que, futuramente, as conquistas de hoje sejam direitos naturais aos negros e aos não negros”, declara. O Movimento Negro acredita que a mídia tem papel fundamental para construir a imagem e elevar a autoestima dos afro-brasileiros. Para o parlamentar: “A presença de negros nos meios de comunicação social é fundamental para a construção da identidade de nosso povo. Contribui para que acreditemos que podemos alcançar novos postos. Para que nossas crianças tenham exemplos a seguir, para que

se orgulhem de seu cabelo e da cor de sua pele”. ©

Marcha Zumbi + 10

A comunidade Negra está organizando para novembro de 2005 a “Marcha Zumbi + 10”, inspirada na “Marcha Sobre Washigton”, liderada por Martin Luther King. A mobilização pretende construir um novo país, com ações que beneficiem o conjunto da população brasileira. O senador Paulo Paim ressalta a importância da participação dos afro-brasileiros nos debates. “O objetivo da Marcha é garantir políticas afirmativas para a comunidade negra e, principalmente, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial”, diz.

Torcendo por um novo

Zezé Motta

Brasil

Tenho acompanhado ultimamente, diversos debates sobre temas como inclusão social, igualdade de oportunidades, ação afirmativa e cotas para negros (pretos e pardos) e estudantes da rede pública nas universidades. E penso que todo brasileiro, independentemente da cor da sua pele, que tenha consciência dos males causados pela escravidão deve refletir sobre a importância dessas questões. A política de reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras não pode ser vista como uma espécie de “racismo às avessas”, como afirmam algumas pessoas que são contra essa medida. É preciso entender que os negros até hoje, passados 116 anos da abolição da escravatura, continuam sendo os mais pobres entre os pobres. E pesquisas recentes feitas pelo IBGE mostram que o negro quando não está desempregado, sobrevive de bicos sem ter direito a carteira assinada, plano de saúde, férias e décimo terceiro salário.

Durante as minhas viagens ao exterior, pude constatar o quanto o Brasil é um país injusto. Mesmo em países como os Estados Unidos onde o número de pessoas de origem africana é menor, há um número significativo de empresários, executivos, embaixadores, professores universitários, médicos

e advogados negros. São nesses momentos que eu vejo a grande nação que poderíamos ser caso o Brasil fosse um país que soubesse respeitar os direitos de seus cidadãos. Porque um povo sem estudo, sem emprego e sem possibilidade de sonhar com melhoria de vida é igual a uma árvore cuja raiz foi arrancada da terra. Não tem futuro. É preciso dar esperança a essa nova geração de jovens negros que estão jogados à própria sorte. E dar esperança significa dar condições para que eles possam estudar e trabalhar. Se isso for feito, teremos num futuro próximo jovens negros médicos, advogados, engenheiros, professores universitários e pesquisadores, entre outros profissionais capacitados.

A entrada desses jovens nas universidades será importante não apenas para eles e suas famílias, mas também para a sociedade em geral, pois isso aumentará a autoestima e a qualidade dessas pessoas que, no futuro, poderão vir a trabalhar junto à sua própria comunidade, servindo de exemplos para os mais jovens e, ao mesmo tempo, ajudando a diminuir a criminalidade. É por isso que as ações afirmativas não devem ser vistas como medidas contra a sociedade, pois elas irão com certeza ajudar a desfazer a cisão que caracteriza a nossa cida-

de e o nosso país. Não podemos mais tentar tapar o sol com a peneira, a falta de oportunidades está arrastando milhares de jovens para a criminalidade, sem que nada façamos para mudar isso. É desumano ver os nossos jovens, mal saídos da adolescência, pegando em armas e morrendo antes de completarem trinta anos. É doloroso ver o desespero das mães negras e pobres que choram pela má sorte de seus filhos. Precisamos acabar com esse sofrimento. E isso só será possível se o poder público se conscientizar dos nos-

Está mais do que na hora de o Brasil se tornar, realmente, um país de todos.

sos problemas e tentar resolvê-los. A comunidade negra precisa ser vista de igual para igual e não mais como pessoas que nasceram para servir e sofrer. O negro não nasceu para ser apenas sambista, jogador de futebol e bandido, temos capacidade para desempenhar diversas outras funções e se não o fazemos é por falta de oportunidades.

Porque ascender socialmente não depende apenas de força de vontade, como acreditam alguns, mas de uma série de fatores que nos vêm sendo negados esses anos todos. Algumas pessoas acreditam que no Brasil atual nada impede o negro de ascender, mas isso é um ledo engano. Basta olhar as favelas e as prisões para ver a realidade cruel que enfrentamos até hoje. Somos maioria sempre que a situação é ruim. A famosa “situação preta”. Nos empregos que ninguém quer, como os de faxineira, empregada doméstica e auxiliar de enfermagem, porque são os que recebem os menores salários e trabalham mais. No caso dos atores, também não é diferente: o negro, por mais talentoso

que seja, sempre desempenha os piores papéis. Sem falar do número inexpressivo de atores negros que atuam em novelas, filmes e peças teatrais. Neste caso, a arte imita a vida.

O negro só não é maioria no ensino superior, nos cargos importantes, nas famílias abastadas. Por isso, eu defendo uma política de ação afirmativa não apenas nas universidades, mas também no mercado de trabalho. Está mais do que na hora de o Brasil se tornar, realmente, um país de todos. Precisamos construir um novo Brasil, e esse Brasil deve ter a nossa cara. É por isso que todo cidadão de bem deve olhar com bons olhos esta iniciativa do governo. O que não podemos é ficar de braços cruzados diante do grande monstro que a desigualdade social criou. Pois, por mais que se fale em coincidência, sabemos que não é disso que se trata. E se formos esperar que as coisas se ajeitem sozinhas, talvez tenhamos de esperar mais uns 500 anos. Vamos unir as nossas forças para melhorar essa situação e deixar de ser vergonhoso para o mundo.

Ao invés de construir mais prisões para negros e pobres, o dinheiro público precisa ser investido na educação, com bolsas de estudo para apoiar os alunos carentes que ingressam nas universidades e no mercado de trabalho. Sem isso, não haverá futuro para muitas pessoas que hoje se encontram numa situação de envergonhar qualquer país que se preze. ©

Zezé Motta é atriz; cantora; presidente de honra do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN); e Diretora de Comunicação da Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais (SOCIMPRO).

Compromisso com o Social

Antes mesmo que a Emenda Constitucional nº 20/98 produzisse os efeitos a que se propôs, a sociedade brasileira foi surpreendida, em abril de 2003, com a proposta de Reforma da Previdência encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo federal. O argumento: unificar e buscar o equilíbrio do regime geral da Previdência Social com os regimes próprios dos servidores públicos. Isso juntamente com o discurso de que, na reestruturação, seria encontrada a solução estrutural para os problemas da Previdência.

O período de discussão da reforma foi bastante difícil para o senador Paulo Paim. De um lado o compromisso com o governo que ajudou a eleger e, de outro, o compromisso com a base que representa há mais de 18 anos no Congresso. Paim divergiu publicamente do governo, mas não ficou apenas nas críticas. Apontou soluções, acreditando sempre no poder do diálogo e da negociação.

Com a aprovação da reforma, em dezembro, passa a valer a Emenda Constitucional 41 que altera de maneira significativa os regimes de previdência complementar e próprio. De acordo com o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antônio Augusto de Queiroz, as principais mudanças acon-

teceram nos critérios de elegibilidade para efeito de concessão do benefício.

O texto da PEC Paralela - objeto elaborado pelos senadores a fim de evitar perdas aos servidores, especialmente defendida pelo senador Paulo Paim, - restabelece o direito à paridade plena aos servidores que preencherem os requisitos da nova lei. Paim, juntamente com demais senadores, negociaram a PEC Paralela para amenizar os efeitos da Reforma da Previdên-

“Na prática, significa que no futuro, quando não mais puderem trabalhar, serão condenados à miséria porque não terão mais seu sustento e nem mesmo uma aposentadoria”

cia, dando ao funcionalismo outras opções mais vantajosas para sua aposentadoria.

Na proposta o senador considerou de fundamental importância apontar os caminhos para os mais de 40 milhões de trabalhadores que vivem na informalidade, sem direitos trabalhistas e sem cobertura previdenciária. “Na prática, significa que no futuro, quando não mais puderem trabalhar, serão condenados à miséria porque não terão mais seu sustento e nem mesmo

uma aposentadoria”, diz Paim.

A aprovação do texto da reforma extinguiu as aposentadorias proporcionais tradicionais, ou seja, aquelas de cinco anos a menos de trabalho em relação à aposentadoria integral. Quem não havia preenchido os requisitos até a data de promulgação perdeu o direito. Após a promulgação, a aposentadoria proporcional ficou limitada a três situações: aposentadoria compulsória aos 70 anos; aposentadoria por idade e a aposentadoria com redutor de 5% por ano em relação à nova idade mínima (60 anos para os homens e 55 para as mulheres) que será devida ao servidor com mais de 53 anos de idade, se homem, ou 48, se mulher; 35 anos de contribuição ou 30, acrescido de pedágio de 20% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998, se do sexo masculino ou feminino, e cinco de efetivo exercício no cargo.


A emenda 41 prevê ainda, em casos específicos, a redução nas pensões. Um exemplo é o caso dos aposentados que venham a falecer após a vigência das novas regras. Sobre as pensões de seus dependentes incidirá o redutor. O mesmo acontecerá aos servidores que preencherem os requisitos para requerer aposentadoria proporcional. A eles estão asseguradas as regras de concessão e de correção dos atuais benefícios. Enquanto não

requererem o benefício, ficarão isentos da contribuição previdenciária. Só na hipótese de morte e, ainda assim após estar aposentado, é que haverá o redutor na pensão.

Além disso, todos os servidores que preenchem ou venham a preencher os requisitos para requerer a aposentadoria, seja a proporcional ou a integral, mas que continuarem trabalhando, terão direito ao abono.

A Seguridade Social, segundo dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP), é superavitária. O levantamento aponta que os recursos vêm sendo destinados para outros fins que não os determinados pela Constituição.

De acordo com a ANFIP, o dinheiro arrecadado é passado para o Caixa Comum do Tesouro Nacional, mas o governo, cada vez que tem de aportar recursos, diz que há déficit. Isso acontece, pois o cálculo feito leva em conta apenas as contribuições de empregados e empregadores, deixando de lado as demais fontes de receita.

No início de julho deste ano, após exaustivas negociações com líderes do governo e da oposição e com o próprio presidente da República, o Plenário da Câmara aprovou, por 375 votos a favor, 5 contra e uma abstenção, o texto básico da proposta de emenda constitucional (PEC) paralela da reforma da Previdência. Para o segundo semestre ficam as votações das 13 emendas apresentadas. Paim, defensor incondicional da PEC, confia em sua aprovação: “A Pec Paralela tem uma simbologia não apenas em relação aos interesses dos servidores, mas principalmente, para honrar o acordo firmado entre o Executivo e o Legislativo. É por essa razão que tem de ser aprovada”. 

Benefícios que serão conquistados com a aprovação da PEC Paralela

Integralidade

A aposentadoria integral e a paridade plena serão garantidas aos servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31 de dezembro do ano passado, preenchem os requisitos da Emenda Constitucional 41: 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos se mulher; 60 ou 55 de idade, homens e mulheres, respectivamente;- 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo.

Paridade

Os servidores que preencherem os requisitos para aposentadoria integral irão assegurar a paridade plena. A PEC Paralela estende a paridade plena do art. 7º da EC 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º dessa emenda.

Regra de transição geral

Possibilita ao servidor que ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998 se aposentar integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na Emenda Constitucional 41. Isso desde que comprove tempo de contribuição acima do exigido: 30 anos para a mulher e 35 para o homem. Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. Exemplo: homem 36/59, 37/58, 38/57; 39/56, 40/55 etc. O servidor, entretanto, deverá comprovar 25 anos de serviço público, sendo 15 na carreira e dez no cargo.

Professores na regra de transição

A regra de transição também se aplica aos professores e professoras da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio. A idade mínima do professor (55 anos) e da professora (50 anos) poderá ser reduzida em um ano sempre que for comprovado um ano de contribuição além do mínimo exigido (30 para o homem e 25 para mulher). Para tanto, o profissional terá de comprovar 20 anos de serviço público efetivos, ou seja, exercidos exclusivamente nas funções de magistério sejam na educação infantil, no ensino fundamental ou no médio.

Contribuição de Inativo

O aposentado ou pensionista do serviço público que, nos termos de lei complementar, for portador de doença incapacitante, ficará isento de contribuição previdenciária até o dobro do teto do INSS. Em valores de junho de 2004, algo equivalente a R\$ 5.017,00. Essa isenção está prevista no art. 1º da PEC Paralela que, com essa finalidade, acrescenta o parágrafo 21 ao art. 40 da Constituição Federal.

Aposentadorias Especiais

Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco (policiais) e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Inclusão Previdenciária

A PEC prevê a elaboração de lei que disponha sobre o sistema especial de inclusão previdenciária com alíquota e carências inferiores às vigentes para os segurados em geral. O objetivo é atender trabalhadores de baixa renda e aqueles sem renda própria, desde que pertencentes a família de baixa renda, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, garantido-lhe o acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo.

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

Respostas à PEC Paralela

Antônio Augusto de Queiroz

Dados Profissionais

Jornalista e Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Com a Reforma da Previdência e a PEC Paralela muitas dúvidas apareceram: o que foi alterado? Como ficam os inativos? Nesta entrevista, Antônio Queiroz, nos fala sobre esses e outros pontos.

Caminhos - Quais são principais mudanças da reforma da Previdência?

Antônio - Nos critérios de elegibilidade foram basicamente três ou quatro. A primeira consistiu na ampliação do tempo de permanência no serviço público como condição para que o servidor se aposentasse integralmente. A segunda, essa negativa, foi a extinção da aposentadoria proporcional. Inclusive na regra de transição. A terceira foi a adoção da previdência complementar para o serviço público naquela parcela que excede o teto do regime geral, R\$ 2.508,72. E, finalmente, o redutor na pensão e a contribuição dos inativos, instituída recentemente.

Caminhos - Todas essas alterações foram feitas na Câmara?

Antônio - Todas sofreram modificações lá. E aqui quero dar um testemunho: o senador Paim, embora preparado para debater a matéria no Senado, acompanhou a tramitação desde o início e chegou a fazer algumas alterações. Um exemplo é o item relacionado à pensão. A proposta original limitava a pensão em até 70% do provento do aposentado. A alteração feita na Câmara

também instituiu um redutor, mas na parcela que excede o teto do regime geral.

Caminhos - Como o senhor vê a decisão tomada pelo STF em relação à taxa dos inativos?

Antônio - A ideia de cobrar contribuição de quem já está aposentado é, na minha avaliação, equivocada. Os ministros utilizaram como argumento o fato de existir paridade plena no serviço público federal. A Constituição determina que o servidor público aposentado deve receber todo e qualquer ganho que for dado ao servidor em atividade. Mas, o argumento dos ministros vai ser importante em julgamentos de ações que vão ser apresentadas contra a quebra da paridade.

Caminhos - De que forma isso pode se dar?

Antônio - O governo enviou vários projetos de lei para o Congresso instituindo gratificações para servidores em atividade das carreiras jurídicas, de auditoria, da previdência e outras, dando aos aposentados apenas 30% dessa gratificação. Com isso quebrou a paridade. Como o Supremo declarou constitucional a cobrança da contribuição dos inativos, argumentando que o serviço público tem paridade, está obrigado política, social, ética e moralmente a, na apreciação de qualquer ação questionando paridade, assegurar que ela é devida.

Caminhos - E sobre a PEC Paralela. O que o senhor tem a dizer sobre essa alternativa?

Antônio - Foi uma construção inteligente que partiu de uma iniciativa do senador Paim diante da co-relação de for-

ças existentes no Senado. Caso os senadores não criassem essa alternativa para amenizar as perdas dos servidores na reforma da previdência, o governo aprovaria o texto, tal como veio da Câmara, e, portanto, sem possibilidade de benefício para os servidores.


Caminhos - O que destaca na PEC?

Antônio - O item que assegura uma regra de transição que permite ao atual servidor se aposentar com paridade e integralidade antes da idade mínima; a garantia de paridade plena para todos atuais servidores; a garantia de integralidade para quem se aposentar na regra de transição e ainda a inclusão previdenciária.

Caminhos - Fale sobre o processo de aprovação da PEC Paralela na Câmara e no Senado.

Antônio - No Senado ela foi votada por unanimidade e, após negociação com o governo federal, foi para a Câmara onde ficou por muito tempo sem votação. Coincidentemente esse período foi o que o governo teve mais dificuldade para aprovar suas matérias no Senado porque nessa Casa não existem crianças e sim ex-deputados, ex-ministros, ex-presidentes da República, ex-governadores. Pessoas experientes que fizeram um acordo com o governo e esse acordo precisava ser honrado.

Caminhos - A Câmara retoma a matéria ainda neste ano?

Antônio - É importante acelerar a tramitação. Creio que neste ano a PEC Paralela será aprovada. Não apenas na Câmara, mas promulgada, o que significa dizer aprovada na Câmara e também no Senado. 

ASPECTOS ESTRATÉGICOS DA

A alimentação dos trabalhadores está historicamente ligada a dois aspectos relevantes básicos.

Sobre o ponto de vista mais genérico trata-se de uma atitude social do capital perante o trabalho, já que este último é economicamente vulnerável, não é auto-suficiente. A força de trabalho, via de regra, conta com uma média salarial que não lhe permite maiores investimentos fora dos limites da própria sobrevivência sendo que, não raro, a remuneração é insuficiente para o atendimento de necessidades mínimas.

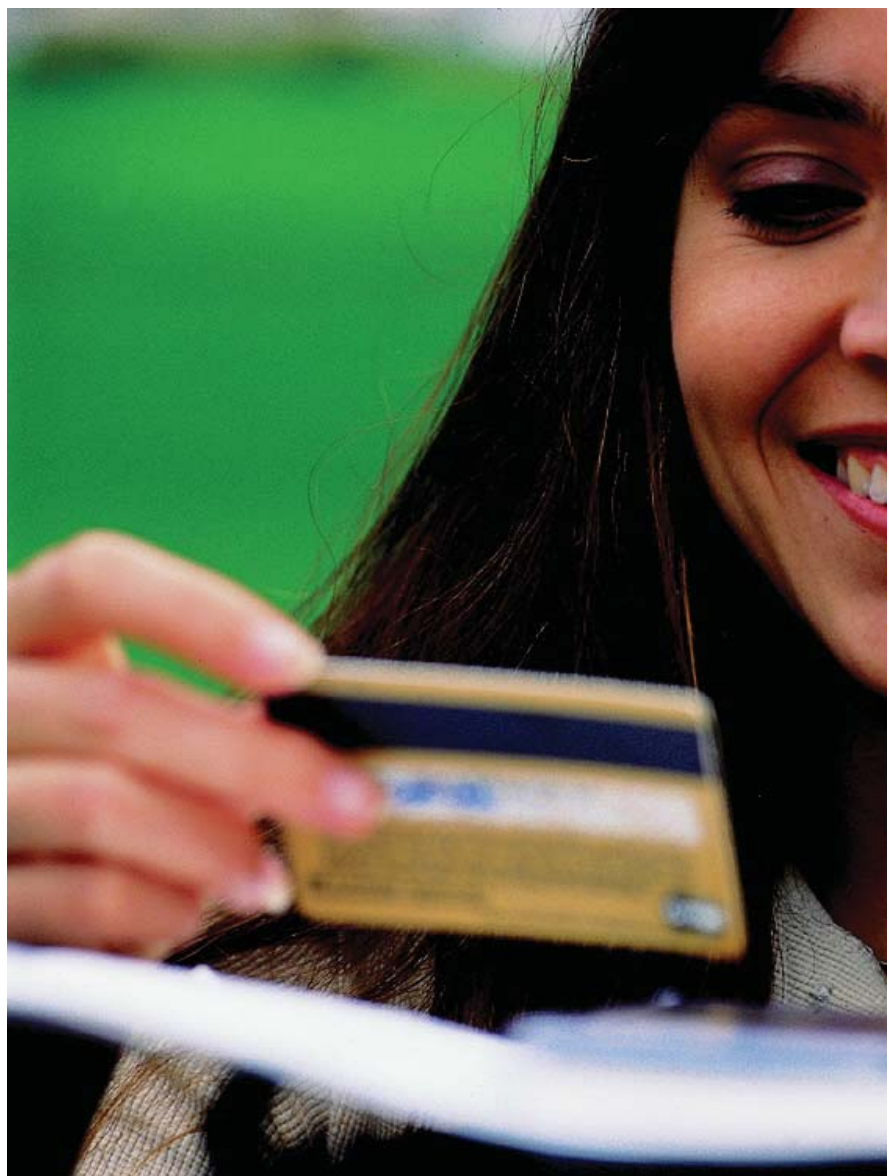
Assim sendo, poderíamos, numa análise mais simplista, limitarmo-nos a esse relevante papel social, pois o item alimentação tem peso importante no orçamento doméstico.

No entanto, o assunto é bem mais relevante, pois a alimentação do trabalhador tem um papel fundamental para a promoção do desenvolvimento constituindo-se, portanto, numa ação de governo estratégica.

Foi dentro desse conceito desenvolvimentista que o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi criado e se ampliou por todo o mundo o que, infelizmente, não foi convenientemente percebido nos sucessivos governos brasileiros.

Tenho me mantido sensível a este aspecto e, portanto, venho lutando no sentido de que tomemos consciência da importância estratégica de um programa capaz de dar ao trabalhador alimentação adequada, suprimindo-lhe do mínimo de calorias necessárias a boa execução do seu trabalho.

Nesse sentido, gostaria de lembrar que o programa foi criado na Inglaterra, nos anos que sucederam o fim da 2ª Guerra Mundial, diante da necessidade premente de dar e de melhorar as condições de performance, o desempenho dos trabalhadores envolvidos na reconstrução do país e da Europa.



O desafio de hoje é de importância equivalente, pois foi trazido pela chamada “globalização” que expôs a economia do país à feroz competitividade internacional.

O empresário e o trabalhador brasileiro têm de estar providos, preparados para desenvolverem um enorme esforço na produção de bens e serviços de forma que tenha-

ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR



mos condições de bem atender ao mercado interno, sem necessidade de importações supérfluas ao mesmo tempo em que sejam gerados volumes crescentes de exportações, com o valor agregado cada vez mais expressivo.

A geração de superávites decorrentes desse círculo virtuoso tem impacto direto na estabilidade econômica diminuindo

a necessidade de arrochos na política macro econômica.


Daí a necessidade da manutenção de níveis adequados de calorias diárias para que o trabalhador tenha preservadas e incrementadas suas habilidades fundamentais tais como força, destreza, capacidade de aprendizado etc, sem o qual o desafio da “globalização” não será vencido.

Oportuno lembrar que prover os trabalhadores de condições necessárias ao desempenho de suas funções é responsabilidade da nação como um todo e, portanto, deve ser responsabilidade compartilhada do Estado, da iniciativa privada e do próprio trabalhador o que, aliás, é um consenso mundial.

Não devemos, também, tentar “inventar a roda” pois as melhores práticas já estão sedimentadas em âmbito internacional - seja nos países de 1º mundo ou nos países em desenvolvimento há mais de 30 anos.

Nesse sentido, convém lembrar que todas as soluções baseadas em adicional pecuniário agregado ao salário falharam, pois os trabalhadores, com o orçamento doméstico sempre em nível crítico, utilizavam a verba para outras finalidades, em mais de 80% dos casos.

O que está consagrado é o sistema de refeitórios e restaurantes industriais, cestas de alimentos, tíquetes ou cartões eletrônicos que mantém o desvirtuamento em percentuais desprezíveis e mais ou menos padronizados em todo mundo.

Chegou a hora de deixarmos de olhar de forma superficial e irresponsável para o compromisso com a alimentação do trabalhador. Precisamos adotar uma visão estratégica com foco não apenas no campo social mas, fundamentalmente, com uma visão desenvolvimentista. Isso, para que não venhamos a ser atropelados pela competitividade internacional, por não termos condições de enfrentá-los. 

Emprego & Renda

Em 1969, Chico Buarque cantou a rotina de milhões de brasileiros. Gente humilde, “que vai em frente, sem nem ter com quem contar”. Moradores de “casas simples, com cadeiras na calçada e na fachada, escrito em cima que é um lar”. Trinta e cinco anos se passaram e a música continua sendo atual. Faz parte do dia-dia da maioria dos brasileiros, trabalhadores dos mercados formal e informal, levantar de madrugada, esperar por um ônibus ou um metrô lotados, carregando o almoço, pois a distância é grande e não há como voltar para casa. Também é parte da vida dessas pessoas a preocupação com, por exemplo, a estabilidade no trabalho.

O que merece mais atenção é a nova queda do rendimento do trabalhador: 1,4% frente a julho e 0,9% contra agosto de 2003. Uma das razões para que o rendimento tenha caído é o fato de as contratações terem crescido em setores que praticam salários menores como, por exemplo, empregados domésticos e construção civil. Para a técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Lílian Arruda Marques, os salários pagos são muito baixos: “pelo que temos observado, mesmo o trabalhador com carteira assinada está sendo contratado com salários inferiores aos que ele era contratado anos atrás”.



Lílian ressalta ainda que o rendimento no mercado informal é bem inferior aos de trabalhadores que possuem carteira de trabalho assinada. “Boa parte dos autônomos ganham até dois salários mínimos. A renda no Brasil ainda é muito baixa. Os dados são extremamente positivos, mas a dívida com emprego e com a renda ainda é muito grande”, alerta.

A mesma pesquisa aponta uma taxa de desocupação bastante alta: o país

possui 2,5 milhões de desempregados. Maior do que o registrado em julho (2,4 milhões), mas 11,2% menor que o registrado no mesmo período de 2003 (2,8 milhões). O número de desocupados aponta para a necessidade de políticas voltadas para a criação de novos postos de trabalho o que, conseqüentemente, terá reflexo na elevação da renda.

Outro dado preocupante diz respeito aos jovens. É cada vez maior o número

Um Direito de Todos



Projeto deve aumentar vagas no mercado formal

de pessoas, entre 15 e 24 anos, que ingressam no mercado de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em todo o mundo, 88 milhões de pessoas nessa faixa etária (47%) estão sem emprego. A situação é mais grave em países pobres e em

desenvolvimento. Nesses locais a taxa cor-responde a 21,8% da População Economicamente Ativa (PEA). Ainda segundo a OIT, em 2015, a população de jovens à procura de emprego será de 660 milhões de pessoas. E os jovens brasileiros estão nesse contexto. Por isso, deve-se ressaltar que as políticas também precisam ser voltadas àqueles que ingressam e que irão ingressar no mercado de trabalho.

As estimativas apontam que, a cada ano, cerca de um milhão de jovens tor-

nam-se aptos a entrar no mercado de trabalho. “Nossa economia deveria, por consequência, gerar todos os anos o mesmo número de novos empregos”, ressalta o senador Paulo Paim. Parlamentar que defende a atualização da legislação no que diz respeito à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Para ele, o ideal é que, com base na legislação trabalhista, haja interação entre ações governamentais e não-governamentais de modo a alcançar metas de desenvolvimento e a acolher os jovens que ingressam todos os anos no mercado de trabalho. Paim destaca que o direito ao emprego é “peça essencial da cidadania”.

Há anos trabalhando em prol da geração de emprego e de renda, o parlamentar defende a redução da jornada de trabalho como passo inicial - e emergencial -, para que isso seja alcançado. Segundo projeto de sua autoria em parceria com o deputado federal Inácio Arruda, a jornada passaria de 44 para 40 horas semanais. A medida, aliada ao fim das horas extras, geraria, segundo cálculos do Dieese, cerca de 2,8 milhões de novos empregos. Isso no primeiro ano de adoção da proposta.

Por sua abrangência, o projeto tem o apoio de todas as centrais sindicais

do país. Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, a votação deveria acontecer rapidamente. Ele diz não ver problemas em a discussão da matéria acontecer durante o Fórum Nacional do Trabalho, mas ressalta que, pelo tempo em que o projeto tramita no Congresso, não há razão para adiamentos. “Com a jornada menor e outros mecanismos que defendemos, como o controle efetivo das horas-extras, será possível criar milhões de novos postos de trabalho. Com isso, poderemos dizer que a justiça social começa a ser feita em nosso país”, diz.

O número de desocupados aponta para a necessidade de políticas voltadas para a criação de novos postos de trabalho .

Como meios de amenizar a crise, defende ainda o estímulo à construção civil, das habitações populares, do saneamento básico, da recuperação da malha viária, o aumento substancial do salário mínimo, a ampliação do número de assentamentos e o apoio à agricultura familiar.

Propõe a aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidade integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. A idéia é elevar de 25% para 75% os recursos a serem aplicados na construção de casas para os trabalhadores de baixa renda. ©



O Negrinho, O Debate e o Ministro

Tabajara Ruas - cineasta e escritor

1. Acho que todo escritor ou cineasta gaúcho, bem no íntimo, sempre quis reescrever ou refilmar a lenda do Negrinho do Pastoreio. É um desafio quase masoquista para um escritor depois da versão de Simões Lopes Neto, mas a história daquele hábil jóquei da cancha reta, um negro adolescente, bonito, feliz, amado, cuja condição social -a escravidão- desaba sobre ele de forma brutal ao perder uma carreira, é um desafio permanente para nossa imaginação.

Sempre achei ambíguo o tratamento dado à lenda pelos gaúchos. Um texto clássico de Augusto Meyer em “Prosa dos Pagos” levanta a questão. “Ele (o Negrinho) é uma síntese de velhas misérias demasiado humanas e talvez insolúveis. (...) Imaginar compensações possíveis, não apaga o terrível absurdo do seu martírio. (...) com seu incurável egoísmo, os homens chegaram a transformá-lo num prestimoso piá que procura e acha as coisas perdidas... Não há desfecho mais ingrato. O seu sentido pungitivo e profundo é o de uma constante acusação.”

Embora a lenda do Negrinho seja universal (ela é conhecida na Argentina, Uruguai, Amazônia, Nordeste e no Brasil Central com pequenas modificações) foram os rio-grandenses que adotaram o Negrinho como seu Personagem Trágico. Isso explica muito sobre os gaúchos. Acho curioso quando me perguntam por que essa obsessão com o passado. Que passado? - pergunto eu. Uma das lutas abertas do governo do Brasil, hoje, é contra o trabalho escravo. A tragédia do Negrinho é contemporânea.

2. Contemporânea também é a luta do cinema brasileiro por uma legislação moderna.

O mercado do áudio-visual no Brasil nunca teve uma legislação coerente às necessidades. Nem mesmo com as antigas e obsoletas tecnologias, nem mesmo em seus momentos de invenção mais sublime (Vera Cruz; Chanchada; Cinema Novo) e muito menos agora, no limiar de uma nova era na produção e na difusão de produtos áudio-visuais. Moreira da Silva já nos alertava para um certo Mr. Harry Stone. Pois os descendentes dele continuam ativos e poderosos.

Como antes, como sempre, sabemos produzir, sabemos filmar. Temos uma nova, enorme e criativa geração de cineastas que, com oportunidades justas, podem criar efetivamente uma indústria do cinema no Brasil. Mas essa geração ainda depende das antigas migalhas do velho mercado, apenas porque a legislação favorece os poderosos. Parece filme de mocinho do tempo dos escravos, mas qual é a diferença?

As antigas formas de produção e distribuição vão chegar a um

colapso muito breve e o cinema brasileiro precisa se adequar

vos tempos. Isso significa mudanças. E disso trata o Minc, do ministro Gilberto Gil. E trata com grandeza, percebendo que a diversidade cultural é a maior riqueza do país, que a

criação de uma indústria do cinema é estratégica e que o momento é agora.

3. É adequado e válido que no momento de pensar mudanças fundamentais no universo da cultura brasileira o ministro seja um brasileiro solar, um artista amado, um cidadão que participou de todas as lutas de sua geração. Gilberto Gil escreveu o mais alegre hino da resistência (“Alô, alô, Realengo, aquele abraço!”); a canção de mais fundo desespero (“Pai, afasta de mim esse cálice!”); e saudou a ressurreição da democracia com um reggae celebrizado por Bob Marley que afirmava :”Tudo vai dar pé!”

Se Gilberto Gil aceitou ser ministro é porque ele acredita no Brasil. Eu acredito em Gilberto Gil há mais de 40 anos. Por isso me parece espantoso como, de uma hora para outra, o soldado da liberdade que todos conhecemos tão bem passa a ser objeto de insinuações, chamado de autoritário, de burocrata ou de estatizante. Os mesmos vilões de sempre, as mesmas revistas e jornalões de sempre, os que afirmavam que comunista come criancinha, os que destroem reputações com provas falsas, estão inquietos, muito inquietos. Eles sabem melhor do que muito intelectual de Segundo Caderno: há uma revolução em marcha como nunca se pensou que uma revolução pudesse ser. Com um rosto que nunca se imaginou que pudesse ser mostrado. Parece que estamos dentro de um filme do Glauber.

Quem se omitir agora vai perder a melhor parte de um longo e antigo combate. Escutem o rosnar alarmado dos capangas do Dragão da Maldade. É que eles sabem: o Santo Guerreiro chegou na cidade. ©

Tânia Tavares



transparência
dignidade
coerência

Paulo Paim: o cidadão no Legislativo

www.senado.gov.br/paulopaim